

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

FELIPE RODRIGUES

**LIVRO-REPORTAGEM:
UMA ABORDAGEM SOBRE A COBERTURA DA VIOLÊNCIA NO
BRASIL**

Campinas

2010

Rodrigues, Felipe Aparecido.

Livro-reportagem : uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil / Felipe Aparecido Rodrigues. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Jornalismo. 2. Literatura. 3. Violência. 4. Livro-reportagem. I. Orlandi, Eni de Lourdes Puccinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Reporting-book: an approach to the coverage of Brazil's violence.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Journalism; Literature; Violence; Reporting-book.

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural.

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural.

Banca examinadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (orientadora), Profa. Dra. Susana Oliveira Dias, Marta Regina Maia. Suplentes: Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias, Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini.

Data da defesa: 15/06/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural.

FELIPE RODRIGUES

**LIVRO-REPORTAGEM:
UMA ABORDAGEM SOBRE A COBERTURA DA VIOLÊNCIA NO
BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eni Orlandi

Campinas

2010

FELIPE RODRIGUES

**LIVRO-REPORTAGEM:
UMA ABORDAGEM SOBRE A COBERTURA DA VIOLÊNCIA NO
BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) e Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

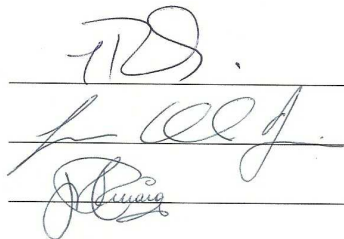
Aprovada em 15 de junho de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Susana Oliveira Dias

Marta Regina Maia



Cristiane Pereira Dias

Lauro José Siqueira Baldini

IEL/UNICAMP
2010

DEDICATÓRIA

Aos pais pelo eterno incentivo
e confiança perante as dificuldades

AGRADECIMENTOS

À professora Eni Orlandi, pela orientação e incentivo.

Aos pais, agradeço por tudo o que sou hoje.

Ao irmão e amigos, pela amizade incondicional

À namorada, pela compreensão nas horas mais difíceis.

Aos companheiros de trabalho, pelo apoio.

A Deus, por possibilitar tudo isso.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a amplitude com que a reportagem pode ser tratada em livros-reportagem. A análise é sobre os livros “Abusado”, de Caco Barcellos, e “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura, com possibilidades de cobrir a violência do país de uma maneira melhor contextualizada. Grandes reportagens em livros em que a pauta pode ser mais extensa, o que permite projetar angulações que possam localizar os conflitos existentes em qualquer assunto de interesse jornalístico; uma captação mais aprofundada, que possa compreender os entrevistados, além de farta documentação para embasar hipóteses e ajudar nas investigações. O texto pode conter recursos de linguagem específicos da literatura, em uma interface que enriquece a descrição e a narração das matérias. Reportagens que possam escapar dos arquétipos construídos pela mídia convencional, presa à periodicidade e interesses comerciais.

Palavras-chave: jornalismo, literatura, violência e livro-reportagem

Abstract

The objective of this research is analyse the amplitude that the reporting can be treated in the reporting-books. The analysis is about the books “Abusado”, from Caco Barcellos and “Cidade Partida”, from Zuenir Ventura, with possibilities to cover the country’s violence in a less simplistic and more human way. Great reportings in books, where the guide line can be more extensive, what allouds to project angles that may locate the existences conflicts in any subject with journalistic interest; a deeper capture, that may understand the interviewees, besides all the documentation to embase hyphotesis and help in the investigations. The text may contain language resources specifiques from literature, in an interface that enrichs the description and the narration of the news. Reportings that can scape from the archetypes builds by the conventional midia, arrested to periodicity and commercials interests.

Key-words: journalism, literature, violence and reporting-book

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A REPORTAGEM	14
CAPÍTULO 2 – JORNALISMO E LITERATURA: UMA ALIANÇA POSSÍVEL	21
CAPÍTULO 3 – COBERTURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	26
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS LIVROS.....	31
CAPÍTULO 5 - EXTERIORIDADE DISCURSIVA.....	39
CAPÍTULO 6 – CONTRADIÇÕES E INCOMPLETUDE DISCURSIVAS.....	48
CAPÍTULO 7 – DEONTOLOGIA MARGINAL	55
CAPÍTULO 8 – POTENCIAL NARRATIVO.....	65
CAPÍTULO 9 – AUTORES.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
BIBLIOGRAFIA	93

INTRODUÇÃO

Ao tratar a violência, os meios de comunicação não conseguem, via de regra, refletir os diferentes conflitos sociais existentes em cada acontecimento. As coberturas da grande imprensa, em geral, deixam de apresentar personagens, situações, antecedentes, consequências e interligações entre diversos fenômenos relacionados ao tema. O que ocorre é uma comunicação em que as produções jornalísticas relatam burocraticamente os fatos (há exceções em suplementos especiais de jornais, programas de rádio, sites de internet e série de reportagens televisivas). A produção discursiva daí resultante faz um uso comum dos sentidos presentes nas palavras, reproduzindo o já-dito de forma corriqueira, silenciando outras significações discursivas presentes nas falas dos personagens envolvidos.

A mídia busca por atualizações cada vez mais momentâneas, notícias mais atraentes e um objetivo maior de superação da concorrência. O que se observa é um jornalismo que precisa priorizar os interesses comerciais para o cotidiano, panorama que dificulta a visão dos fatos sob os mais diversos prismas. Não há uma possibilidade de compreender os acontecimentos sociais com mais profundidade, pois a rotina industrial dos meios de comunicação impossibilita uma busca mais aprofundada dos repórteres na elaboração das produções jornalísticas. As reportagens passam a responder apenas as perguntas básicas às quais o receptor deve entender.

A mídia representa um determinado modo de produção discursiva, com seus estilos narrativos e suas rotinas próprias, que estabelecem alguns sentidos no processo de sua apreensão e relato. Desta construção discursiva ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que estão dentro de um esquema formulaico. Os meios de comunicação influenciam nossas ideias, ao refletir e refratar as notícias e relatos em suas produções jornalísticas.

Parte-se do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, portanto, falam pelos e para os indivíduos (COIMBRA, 1985). Os meios de comunicação indicam e orientam sobre o que pensar, o que sentir e como agir. Assim, a mídia coloca certos temas e faz crer que estes é que são os problemas importantes sobre os quais se devem pensar. Ao tratar superficialmente a violência, não há uma

possibilidade de compreensão sobre o tema e, conseqüentemente, há uma maior dificuldade de reconstrução de sentidos.

A violência no Brasil é um problema social que amedronta a população. Percebe-se uma incompreensão em relação ao fenômeno, pois grande parte da mídia não contextualiza os conflitos de maneira mais elucidativa. O que se vê são representações estilizadas que isolam cada fato de uma rede de forças que misturam os diferentes segmentos sociais. O sensacionalismo predomina ao se falar de chacinas nas favelas e a violência perde sua dimensão social, cotidiana e sistemática, ao receber um tratamento comum por grande parte dos órgãos de comunicação.

Ao cobrir a violência, percebe-se que a mídia esquece personagens, fatos ou privilegia determinadas angulações, além de hierarquizar a produção jornalística conforme o grau de peculiaridade dos eventos. Locais que não oferecem um adicional simbólico não são capazes de fazer com que seus acontecimentos sejam bem situados na imprensa. Periferias que têm percentuais altos de violência só são objetos de cobertura jornalística quando têm acontecimentos mais sensacionais, como grande número de mortos ou mudança no comando de uma favela. Os diversos pontos de vista dificilmente são escutados e, geralmente, apenas fontes oficiais e boletins de ocorrência são privilegiados.

Com uma cobertura norteada por interesses comerciais e em busca do maior número de receptores, os órgãos de comunicação representam as alteridades de uma forma estereotipada. Vê-se um processo de construção em que todas as características indesejáveis e negativas são jogadas para o “outro” (RAMOS, 2003). Assim, os criminosos acabam como verdadeiros “bodes expiatórios”. A necessidade de manter o controle social parece ser satisfeita através da degradação dos “outros” indesejados. Ao acompanhar a cobertura dos veículos de comunicação, percebe-se que a atitude necessária é que é preciso livrar a sociedade desse tipo de gente maluca e perigosa para o bem da própria sociedade, e para o alívio de cada indivíduo. Não há uma necessidade de estabelecer diálogo entre os diferentes segmentos sociais

Um panorama em que se observa a impossibilidade de compreender o fenômeno da violência em sua amplitude necessária. Os diversos atores sociais não são ouvidos e acabam empobrecendo o relato dos fatos que isolam a violência dos demais aspectos da sociedade. Um tratamento que encontra dificuldades de cobrir adequadamente os acontecimentos relacionados à violência no país.

O corpus teórico e metodológico deste trabalho analisam dois livros-reportagem e o tratamento dado pelas obras à questão da violência. “Abusado”, livro-reportagem de Caco Barcellos e “Cidade Partida”, livro-reportagem de Zuenir Ventura sobre a Chacina de Vigário Geral e suas conseqüências, em 1995, são livros que buscam uma abordagem diferenciada da temática da violência, dada a cobertura muitas vezes sensacionalista ou tendenciosa feita pela grande imprensa ao assunto.

Em livros como “Abusado” e “Cidade Partida”, a violência que o país vive *pode* ser retratada em suas mais diversas camadas e possibilita evitar vícios como: a simplificação “mocinho” e “bandido”, em que policiais encarnam o papel de “heróis” em uma terra sem-lei; a discriminação de raças e/ou vinda de bairros periféricos; opiniões a favor de penas de tortura e morte aos presos; acusações contra pessoas que ainda são suspeitas; imagens com propósitos exclusivamente apelativos.

Pode-se contar histórias de vida que explicam as vivências dos principais envolvidos no assunto; fatos que abarquem os principais aspectos do assunto tratado, textos que atraiam o leitor com o uso inteligente de “símbolos comuns” (LIMA, 1995, p. 110) sobre situações pertinentes, e que também trabalhem com a “poética de criação”, falada por Cremilda Medina (2002, p. 65).

Nesse trabalho, parte-se da hipótese de que o livro-reportagem estende a função do jornalismo convencional, comprometido com uma linha de produção de ritmo industrial e interesses mercadológicos e políticos. Com uma autonomia maior, o autor pode escolher a abordagem que considera ideal e, assim, conduzir os acontecimentos da maneira que julgar correta. O livro-reportagem pode conter temas que abordem um universo maior de fatos, com condições de produção que propiciem um tratamento textual que sirva de elo entre leitor e mundo, além de contextualizar o tema.

Toda a análise dos livros será feita com base nos estudos de Análise do Discurso, que concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade como o deslocamento e a transformação do homem no meio em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Nos estudos discursivos não são separados forma e conteúdo e ainda procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas como acontecimento. Assim, para Análise do Discurso, a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se

da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito); e a história é afetada pelo simbólico (já que os fatos reclamam sentidos).

Segundo Eni Orlandi, o discurso não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos de comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo. A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, mecanismos, como parte dos processos de significação (ORLANDI, 2003, p.20).

Para analisar o papel extensivo das duas obras, a estrutura do trabalho discute, primeiramente, o papel da reportagem. “Abusado” e “Cidade Partida” são, primordialmente, livros jornalísticos, frutos de extenso processo de angulação, captação e edição. Extensas reportagens publicadas na forma de livro. Portanto, a história da reportagem; suas principais características; jornalismo interpretativo e investigativo e as características do livro-reportagem são temas tratados inicialmente.

Logo após, estuda-se as relações entre jornalismo e literatura. As interfaces, a influência do *New Journalism*, reportagens em forma de romance e os limites entre os dois discursos são postos em debate. Antes de analisar os dois livros, apresenta-se um panorama da cobertura dos meios de comunicação, seguida por uma apresentação dos conceitos ligados à Análise do Discurso. As condições de produção das mensagens jornalísticas, as representações midiáticas a respeito da violência e a importância de uma cobertura abrangente sobre a temática violência são estudadas sob a ótica de um jornalismo voltado para os problemas sociais e a própria atuação do jornalista, ciente de sua função de mediador.

Ao analisar os livros, algumas categorias são apresentadas para uma esquematização das possibilidades extensivas das duas obras: *exterioridade discursiva*, *contradições e incompletude discursivas* e *deontologia marginal*. Categorias que evidenciam as diferentes abordagens que o livro-reportagem pode oferecer ao leitor e que usualmente não são verificadas nos meios de comunicação de massa.

Caco Barcellos e Zuenir Ventura são autores sociais, preocupados com os problemas da sociedade, e buscam cobrir temáticas que possibilitem uma melhor compreensão da mesma. Essa pesquisa procura evidenciar esse jeito próprio de se fazer jornalismo, em que as regras

passam a ter maior flexibilidade, e o jornalista se vê obrigado a lidar com um emaranhado de informações e emoções. Envoltos em uma infinidade de conflitos existentes em uma história, os autores buscam interligar as diversas causas e consequências e refletir a sociedade em um texto plural, com voz para os diferentes segmentos sociais, especialmente para aqueles que nunca são retratados nos meios de comunicação.

1 - A REPORTAGEM

Antes de discutir as diferenças e semelhanças entre o discurso jornalístico e o literário, é necessário apontar o que o jornalismo em livros produz: a reportagem. Gênero jornalístico considerado de mais difícil desenvolvimento, a reportagem aprofunda os aspectos necessários para a produção de uma mensagem jornalística. Se na notícia são necessários cuidados com averiguação de fontes, edições e formulações textuais, a reportagem requer o dobro de atenção, por se tratar de uma maneira mais completa de tratar os fatos. Reportar é o ato que permite ao jornalista cumprir a função de intermediar os fenômenos sociais e sociedade. Posição em que os jornalistas produzem as informações que permitem uma construção discursiva acerca dos diversos acontecimentos que as rodeiam.

Foi no começo do século XX que começou a surgir no Brasil os primeiros indícios da reportagem. Durante o século XIX, a imprensa de todo o mundo passou por mudanças. A relação entre governo e imprensa era, muitas vezes, de “assessoria de imprensa”, em que um complementava os objetivos do outro. A informação estava a serviço da movimentação política dos grupos dominantes. O Brasil não escapou a este esquema. De início, os jornais publicavam relatos oficiais que operavam como “arautos” do governo. A “Gazeta do Rio de Janeiro”, primeiro jornal impresso do Brasil, era porta-voz oficial do império português, radicado no país.

Apenas em 1821, com decreto de Dom Pedro suprimindo a censura prévia, começam a surgir no Brasil veículos impressos independentes do poder central. As ideias de constitucionalização do país começam a permear os segmentos sociais e trazer novas dimensões aos jornalistas, que iniciam a prática de um jornalismo militante, mero reflexo da situação efervescente, que antes de informar, tinha como objetivo abordar questões políticas acerca dos acontecimentos. A tipografia e a dificuldade de acesso às informações contribuíram muito para o “comportamento” da imprensa dessa época, basicamente formada pela elite urbana. Publicação de novelas, resumos históricos e trechos de literatura clássica eram muito apreciados pelos leitores da época (MEDINA, 1988).

Agências de notícias internacionais, a criação de corpos de repórteres nas redações de jornais e o “encurtamento” de distâncias mexeram definitivamente com a estrutura da imprensa

do início do século XX. Sobretudo no Rio de Janeiro, capital brasileira. A reportagem começava a ganhar vida. Seus precursores no país foram João do Rio e Euclides da Cunha, este último, famoso pela forma diferenciada e humana com que relatou a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, confronto entre o exército brasileiro e os seguidores religiosos de Antônio Conselheiro. O resultado de suas anotações e impressões dessa guerra pode ser lido na reportagem-ensaio “Os Sertões”, “a principal obra jornalística da literatura em língua portuguesa” (LAGE, 2001, p. 135).

João do Rio, por sua vez, inovou a reportagem com o nível de conteúdo informativo e com seus métodos de captação. De acordo com Cremilda Medina, João do Rio foi responsável por uma característica primária do jornalismo moderno, a busca de informações na rua. “A coleta de informações por meio de fontes, ou melhor, entrevistar as fontes, é a grande conquista técnica que João do Rio lança no jornal brasileiro (...) não foi apenas empregado como repórter, tornou-se realmente repórter” (1988, p. 57). O primeiro deles.

Segundo Edvaldo Pereira Lima, a reportagem surgiu para atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o leitor uma maior compreensão dos fatos. A reportagem então contribui para a ampliação do relato. É através dela que o leitor tem acesso ao fato restituído em toda a sua veracidade.

A reportagem começa a se esboçar definitivamente no jornalismo, atrelada a um novo veículo de comunicação periódica criada nos anos 20 (...) a imprensa estava muito ligada aos fatos, ao relato das ocorrências, mas era incapaz de costurar uma relação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos (...) por isso, visando atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o receptor a compreensão de maior alcance, é que o jornalismo acabou por desenvolver a modalidade de mensagem jornalística batizada de reportagem. É a ampliação de um relato simples, raso, para uma dimensão contextual. (LIMA, 1995, p. 27)

A reportagem oferece detalhamento e contextualização daquilo que já foi enunciado nas notícias: “a reportagem tem a função de conduzir o leitor a um posicionamento crítico, ao iluminar e ampliar a sua visão sobre determinado assunto” (LIMA, 1995, p. 29). A reportagem vem para cobrir a necessidade de se produzir em massa, em lugares diferentes com velocidade e dentro dos padrões da imprensa geral.

A ligação entre ritmo acelerado e menor qualidade textual aparece como a principal dificuldade para o jornalista ter um texto comparável ao de um escritor. Tornou-se comum a

publicação de notícias com algum erro de informação. Falha de jornalistas que não se habituem a ouvir mais de uma ou duas fontes e depois confrontá-las com outras informações obtidas. A alegação natural é sempre a pressa e a pressão para entregar a matéria no prazo. Via de regra, não há uma contextualização dos fatos, embora existam as exceções. Não há tempo hábil para que os fatos nucleares sejam interligados e reconstruídos discursivamente, como diz Lima, apenas o factual impera na velocidade das informações. O jornalismo contemporâneo, caracterizado pela produção em larga escala, que começou já no século passado com o surgimento das primeiras agências noticiosas formadas nos EUA e na Europa, encontra a fórmula básica de comunicar no elemento notícia, que se transforma no catalisador do sistema do jornalismo.

É neste sentido que a reportagem pode ser melhor elaborada do que a notícia. Os jornalistas que a escrevem têm mais tempo para fazer entrevistas e pesquisa e podem oferecer ao leitor uma versão mais completa do assunto tratado. No caso da violência, que é o tema tratado neste trabalho, livros que trabalham com reportagem, como “Abusado”, de Caco Barcellos, e “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura, trazem a possibilidade de uma cobertura melhor contextualizada. O texto pode conter recursos de linguagem literários, em uma interface que enriqueça a descrição e a narração das matérias. Reportagens que estejam livres de clichês e vícios do jornalismo convencional, como a superficialidade e o sensacionalismo.

A reportagem significa um certo grau de extensão e/ou aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, e ganha a classificação de grande-reportagem quando o aprofundamento é extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame. Deve incorporar elementos que possibilitem a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço, ao melhor estilo de jornalismo interpretativo. Para Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, existem dois elementos indispensáveis na reportagem: o “quem” e o “quê”. Sem eles é impossível contar uma história. No entanto, é também indispensável que ela desperte interesse humano. O repórter será o elo de ligação, a ponte, entre o leitor e os acontecimentos. As principais características de uma reportagem são uma maior predominância da forma narrativa, com um texto que permite uma natureza mais impressionista, não se limitando à objetividade necessária na narração em fórmulas dos fatos relatados. “Será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja numa reportagem. Ou não será reportagem” (1991, p. 14).

As reportagens devem despertar o interesse do leitor, acordá-lo da inanição através de um texto que não apenas se “pronuncie”, mas sim denuncie os aspectos sociais em uma inter-relação entre eles. Como diz os autores:

Um fato pode ser tão importante que sua simples notícia ou uma enorme reportagem a respeito dele vão sempre procurar documentar seus aspectos referenciais, porque aí está a expectativa do leitor. Já um episódio de restrito interesse só ultrapassará o mero registro se envolto em circunstâncias que conduzirão o leitor a um posicionamento crítico, revelando-lhe ângulos insuspeitados, salientando outros apenas entrevistados – enfim, iluminando e ampliando a visão sobre determinado assunto. Essa, talvez, a função distintiva entre noticiar e reportar. (1991, p. 36)

A distinção entre notícias e reportagens se dá por suas funções. A primeira tem como objetivo informar o acontecido na forma de pirâmide invertida, em que as perguntas “quê”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “por que” devem ser respondidas, mas não aprofundadas. Os dados exteriores devem ser reportados, de maneira a proporcionar uma relação entre eles, em uma “costura” que privilegie os personagens que dão vida aos acontecimentos. A reportagem dá vida à notícia, que tenta ser mera reprodução do que acontece.

Toda reportagem pressupõe investigação e interpretação. Para Nilson Lage, jornalismo interpretativo consiste em um tipo de informação em que se evidenciam consequências e implicações dos fatos. Neste tipo de jornalismo, o repórter deve apresentar e relacionar os fatos quando a importância da informação não é evidente, mas com o cuidado de não transformar informação em opinião e subtrair do leitor o direito de tirar suas próprias conclusões. (2001)

Edvaldo Pereira Lima aponta que o jornalismo interpretativo permite que a audiência tenha meios para a compreensão de seu tempo, das causas e origens dos fenômenos que presencia e suas consequências no futuro. O pesquisador afirma que esse tipo de prática vai fundamentar sua leitura na elucidação de aspectos que em princípio não estão muito claros. “Almeja preencher os vazios informativos”. No jornalismo interpretativo as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido numa circunferência mais ampla, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo mais atemporal, ou menos presente (LIMA, 1995).

Segundo Lima, o que está mal explicado nas notícias pode ser corporificado nos seguintes aspectos do jornalismo interpretativo:

O contexto do fato nuclear ou da situação nuclear, para que o leitor possa ter uma visão clara da rede de forças intrinsecamente ligadas naquele fenômeno focalizado e o faz se constituir daquela maneira; os antecedentes, para resgatar as origens temporais dos problemas, como ele cresceu até eclodir na situação em que se encontra; o suporte especializado, através de enquete, pesquisas de opinião pública ou entrevistas com especialistas e testemunhas do assunto em questão, para lhe dar a sustentação que evita a informação vazia; a projeção, visando interferir do presente e do passado os desdobramentos do caso, suas conseqüências possíveis, seu alcance futuro; o perfil, que é o lado da humanização da reportagem, já que o jornalismo se diferencia também por ser uma forma de comunicação que se volta para o homem, em última instância, como seu foco central, e como visa emocionar, ao lado da elucidação racional, para transmitir um retrato completo dos temas que aborda. (1995, p. 27)

Todos esses elementos estão voltados para uma abordagem multiangular, para uma compreensão que ultrapasse o linear e estabeleça relações com problemas contemporâneos. Esta visão não aceita a relação de causa e efeito. A ideia do jornalismo interpretativo é tecer o encontro de relações entre a rede de causas e a rede de efeitos, ao procurar fornecer uma leitura precisa, ampla. O resultado deste trabalho é a produção de textos extensos que não se encaixam em veículos impressos tradicionais. Por isso, costumam ser publicados na forma de livros, os chamados livros-reportagem.

Se a reportagem é a ampliação da notícia, a horizontalização do relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também na sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis -, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impresso não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiros dos meios de comunicação (LIMA, 1995, p 38)

Assim como a reportagem, o livro-reportagem pode prestar informação ampliada dos fatos. Eles se tornaram também uma possibilidade para os leitores que querem saber mais sobre um assunto. Segundo Edvaldo Pereira Lima, o livro-reportagem se distingue das demais publicações por se aprofundar em três aspectos: “quanto ao conteúdo, pois trata de assunto em que a veracidade é fundamental; quanto ao tratamento: linguagem, montagem e edição de texto e quanto à função: informar, orientar e explicar” (1995, p. 30).

A reportagem desse tipo de publicação busca trazer o fato nuclear e suas esferas, sem concluir em uma verdade específica, mas apresentando uma construção de sentido melhor elaborada em relação a um rápido relato midiático. “A tarefa do livro-reportagem é encontrar as

camadas superpostas para explicar o tema central em enfoque” (LIMA, 1993, p. 27). Entre as várias possibilidades, o livro-reportagem do tipo perfil evidencia o lado humano de uma personalidade pública ou anônima que se torna interessante. Uma variante dessa modalidade é o livro-reportagem biografia que conta a vida, o passado, a carreira da pessoa em foco, dando menos destaque ao presente.

Os livros estendem as possibilidades do jornalista cumprir a função social que a profissão exige, despertando a memória do leitor, fazendo-o relacionar o conteúdo ali descrito com as suas vivências, com a construção de um outro sentido. Paralelo à concentração de poder das empresas de comunicação, há a possibilidade de um jornalismo mais autoral, preocupado com as questões sociais e com uma pluralidade de opiniões, de construção de sentido. Simultaneamente à proliferação de programas sensacionalistas, que espetacularizam os fatos e exploram intimidades de figuras públicas ou não, a sociedade aumenta a cobrança em relação à qualidade das produções jornalísticas que devem informar e instruir a população.

Para Cremilda Medina, o papel do jornalista é socializar o conhecimento, agindo como um *vaso comunicante*, um mediador entre os fatos, as fontes e o público (2002). Deve processar a informação e comunicá-la em forma de notícia, em uma linguagem simples e eficiente, que possa atingir diferentes esferas da sociedade. Por isso, o jornalista que almeja o máximo de proveito da profissão deve saber lidar com a técnica jornalística, na recepção, elaboração e transmissão do conteúdo. Cremilda Medina aponta que se a técnica for bem dominada, pode multiplicar as mensagens e ampliar o espaço de atuação do repórter. “A capacidade de reproduzir a informação em um formato que possa atingir as diferentes esferas sociais é o poder de luta do jornalista” (1982, p. 76).

2 - JORNALISMO E LITERATURA

No século XIX, o escritor francês Balzac já demonstrava em seus escritos sua indignação com a imprensa da época, marcada pelo panfletarismo e totalmente comprometida com interesses políticos. O jornalismo não passava de um trabalho de mercenários das palavras, que as utilizavam buscando apenas fama, fortuna e poder. Segundo o escritor, o jornalista diferia do escritor, pois este colocava em seus textos a sua alma, suas paixões, seus pensamentos (SANTOS, 2001). Ao escrever frases que amanhã já serão esquecidas, o ofício jornalístico não podia ser comparado ao de um literato.

O autor de “A Comédia Humana” já discutia, no século XIX, a relação entre jornalismo e literatura, hoje campo de pesquisa de diversos estudiosos da área da Comunicação. A preocupação em demarcar territórios ou avançar fronteiras entre os dois discursos atrai pesquisadores que procuram estudar atentamente cada lance do jogo. Se as declarações mostram uma posição contrária de alguns escritores em relação ao fazer jornalístico, não deixam de evidenciar uma inter-relação (por mais hierárquica que seja) entre os dois campos. Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, entre outros, trabalharam em diversos periódicos antes de se consagrarem como grandes escritores. Raduan Nassar, Gabriel García-Marquez e Truman Capote ajudaram a tornar as linhas dos dois discursos ainda mais tênues.

A relação entre literatura e jornalismo não pode ser pensada em um exercício dualista, mas sim em uma ótica que analise a importância da correlação entre os dois discursos, que revelam uma relação histórica. Deve-se pôr em xeque o jogo dicotômico. A Literatura da Realidade (LIMA, 1995) – outro nome que se dá ao jornalismo literário - teve seus passos iniciais na literatura de ficção européia do século XIX, em uma escola literária que ficou conhecida como “realismo social”, devido a sua atitude referencial com o contexto histórico. As histórias eram baseadas no modo de vida e nas condições da época. Os escritores realizavam pesquisas de campo, observavam os menores movimentos que lhes possibilitassem detalhes difíceis de serem concebidos em uma “ficção pura”. Só então, de pena em mãos, eles sentavam e escreviam suas histórias.

Como ponto de partida de suas criações literárias, Charles Dickens, na Inglaterra, fazia levantamentos de ambientes, costumes, tipos humanos e até mesmo de linguagens,

principalmente em classes sociais tidas como marginais. Balzac, na França, também fez parte desse movimento. Com precisão de observação, o autor tinha talento em reproduzir ambientes de maneira fiel aos acontecimentos. A “Comédia Humana”, coleção de contos e romances que imortalizou o escritor francês, é um retrato da sociedade francesa do século XIX. Seus personagens, angústias e costumes refletem a estrutura da sociedade burguesa que tomava conta na época (LIMA, 1995).

Antes mesmo de qualquer “escola de jornalismo literário”, o escritor e jornalista americano John Reed escreveu sobre a revolução mexicana de Zapata (“México Rebelde”) e depois, sobre a revolução bolchevique que fundaria o regime soviético comunista (o clássico “Dez Dias que Abalaram o Mundo”). As iniciativas isoladas davam mostras de um novo estilo de jornalismo que poderia surgir. No Brasil, no início do século XX, o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações sociais. Os jornais se livraram do rótulo de panfletário e começaram a ingressar na era mercadológica da imprensa, em que a informação tem em sua credibilidade o grande atrativo de vendas. Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, inicialmente uma série de reportagens para o jornal O Estado de S. Paulo, refletiu essa inquietude que tomou conta da sociedade carioca (LIMA, 1995) e demonstrou mais uma vez a interface histórica entre jornalismo e literatura, em uma obra que se tornou um marco na cultura brasileira.

Já na década de 50, surge uma nova maneira de reportar os fatos, com pautas mais elaboradas, captação com métodos heterodoxos e textos permeados de elementos literários. Os pilares do então surgido *New Journalism*, de Tom Wolfe, Truman Capote e Gay Talese, demonstravam a ruptura substancial que se dava com a maneira de se fazer jornalismo até então. O jornalismo precisava de rupturas e a transição para uma nova maneira de descrever os fatos foi feita por um grupo de jornalistas que procurava refletir em suas produções as novas dimensões que se desenhavam. A nova escola possibilitava um fino tratamento do texto, em que os jornalistas utilizavam as inovações da literatura para aprimorar a qualidade de suas narrativas. “O objetivo era não dispersar o leitor, que mergulharia no universo simbólico tratado nas produções jornalísticas” (LIMA, 1993).

A imprensa, na medida em que acompanhou o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais técnica e com economia diversificada, não poderia ser mais confundida com as formas artesanais e opinativas ou como um mero exercício estilístico e literário típicos dos jornais do início da República. O jornalismo possibilitava ser o instrumento principal de incorporação do

cidadão no processo social, uma vez que a informação tornava-se uma mercadoria que se associava ao padrão cultural do consumidor (FARO, 1999). Amarrado pela pretensa objetividade, propalada como mandamento único nos meios de comunicação, o comunicador se viu impossibilitado de cumprir a tarefa de apresentar um maior número de acontecimentos, sem qualquer impressão subjetiva.

Toda essa argumentação em prol dos comunicadores é baseada na ideia de que os fatos não podem ser apresentados de maneira igual ao que aconteceu, pois os recortes angulares são característicos de uma representação demarcada pelo enunciador da notícia. Ignorar isso é excluir o caráter social que os acontecimentos carregam consigo. Não se pode alcançar o píncaro da existência em determinado campo teórico, e julgar os demais inferiores. O saber não se esgota em determinado saber teórico, acompanhado de uma metodologia rigorosa e recursos técnicos atualizados (MEDINA, 2003).

Os desafios são mais grandiosos do que as racionalizações (...) é claro, quando o produtor cultural se fecha nos meios assim disciplinados – o caso das redações jornalísticas, com seus princípios definidos, seus manuais estruturados -, dificilmente o mediador dos sentidos da contemporaneidade decola para a poética da criação. Esse profissional executa um processo simbólico sob a batuta das ideologias do momento e, sob aqueles paradigmas que lhe convêm para demonstrar a tese pré-conceituada e preconceituosa (...) Os ambientes fechados, tal qual um hospital, padecem da falta de circulação de ideias, tornam-se focos de infecção ideológica. (MEDINA, 2003, p. 68)

O “esvaecimento de fronteiras” (RESENDE, 2002, p.30), junto com a inventividade de jogos na pós-modernidade propicia o surgimento de produções textuais limítrofes, que tratam do factual com contornos ficcionais. O melhor exemplo dessa palavra em “dobra”, em um lugar em que literatura e jornalismo se cruzam sem perder suas principais características, é na deslegitimação do saber, aspecto sobre o qual vêm refletindo alguns teóricos da pós-modernidade. São reflexões que servem para fazer compreender a rigidez imposta à taxonomia dos gêneros jornalísticos e literários (RESENDE, 2002).

Tem-se, por princípio, a incerteza, por conseguinte, a experimentação e o ensaio. Os textos são redimensionados ao serem embaralhados. A verdade jornalística, textualmente representada, não pode ser mais encarada como uma verdade possível, e as personagens e fatos ditos reais são parte de mais uma narrativa, de mais um relato.

O universo factual, sob a ótica de Fernando Resende, nada mais é senão uma das variantes discursivas do universo literário. O discurso literário é visto como ocupante dos múltiplos

discursos que se cruzam, interpenetram e se transformam. Refletir sobre o factual, segundo Resende, é deixar sobressair uma dessas vozes que ecoam no universo literário. E, sendo assim, para um discurso que também se vale de um “vasto arsenal teórico que vem sendo montado ao longo de sua história, considerar esse movimento que nele se interdiz, implica de um modo ou de outro, resgatar alguns pontos que possam contribuir para a compreensão do entrecruzamento dos discursos” (RESENDE, 2002, p. 31). Há uma mutação dos discursos, dado a relação intrincada entre ambos.

A professora Lúcia Santaella chama a atenção para o fato de que, no século XX, não somente as linguagens literárias e jornalísticas se confrontaram, mas “há uma hibridização de diversas linguagens, uma aproveitando e exportando recursos estilísticos para outras” (SANTAELLA, 1992, p. 31). Existe uma coexistência não passiva de uma série de linguagens que se interpenetram, gerando processos de migração de recursos de produção de linguagens intermediárias, híbridas (entre literatura e o cinema e entre o cinema e o jornalismo).

Não se pode trabalhar com a noção de uma realidade, e o jornalismo, assim como outras atividades humanas, desenvolveu um instrumental para representar e re-apresentar aspectos diferentes. Diante da pluralidade de acontecimentos ou da multiplicidade de fatos, registra-se partículas de um todo, que muito constantemente confundem-se com relatos ficcionais (RESENDE, 2002). Os acontecimentos não podem ser apresentados *in loco*, mas recortados e postos em diálogo com os demais aspectos sociais correspondentes. Cabe ao leitor aceitar o pacto de confiança que o autor propõe. Ainda que o leitor aceite compactuar com a verdade que se pressupõe nesses textos fronteiraços, nada impede que esta deixe de existir, ou por resolução do leitor, ou porque os caminhos textuais lhe permitam conhecer lugares outros que não estavam propostos em uma leitura inicial.

O real é irrealizável sob a forma textual e discursiva, mas uma narração limítrofe possibilita investigar os elementos ficcionais dos quais ele é composto e, ao mesmo tempo, facilita uma viagem agradável àqueles leitores que se identificam com os aspectos ali tratados. O texto fronteiraço pede, por parte do leitor, um comportamento que divague por outros caminhos. O jornalismo, como construção de texto, apenas precisa falar do verdadeiro, sem falsidade, mas com verossimilhança. Não se pode deixar de dar contornos que motivem o leitor a continuar a leitura, em detrimento de uma rápida leitura dos fatos, tal qual é possível. Se a responsabilidade social do jornalista é informar as atividades humanas, interpretar os movimentos do “outro”, as

restrições técnicas não podem ser empecilhos no cumprimento da tarefa que o comunicador deve seguir (RESENDE, 2002).

Um discurso diferente do observado nos grandes meios de comunicação, que mostra com clareza um procedimento jornalístico que esconde o processo social ao não justificar a escolha desse ou daquele fato para se transformar em notícia. O discurso da comunicação ganha o status de um “ente” chamado opinião pública, no qual não se distinguem grupos com interesses diversos ou conflitantes. Todas as pessoas compartilham os mesmos conceitos e as palavras precisam ser acima de qualquer diferença de classe, com um caráter intangível, no chamado “signo monovalente” (BACCEGA, 1998).

O discurso com “aura de objetividade” acaba por pedir para que as pessoas não participem dos conflitos sociais. O sujeito enunciador não percebe seu papel de “mudança” na estrutura social. Agente capaz de agir no contexto do qual faz parte, o comunicador tem seu poderio mediado pela (possível) força de seu discurso. Segundo Baccega, o discurso da comunicação é a confluência dos discursos sociais, mais difícil de ser trabalhado do que estes. (BACCEGA, 1998).

As mudanças não se estenderão apenas à língua, já que o benefício se dará não apenas no campo linguístico, mas simultaneamente nas práticas sociais de jornalistas, que passarão a enxergar a atividade de uma maneira mais voltada à práxis, em que os fatos noticiados poderão ser compreendidos através de uma linguagem que privilegie a beleza dos enunciados, sem perder de vista a necessidade referencial que os textos noticiosos devem ter. A estratégia dualista, que separa o discurso jornalístico do literário, não se sustenta. O jornalismo deve buscar elementos literários que facilitem a fluência e a eficiência de seus discursos. Não pode se esconder sob o véu da objetividade e reproduzir textos burocráticos que acentuem a diferença das classes existentes. A eficiência dos enunciados facilitará a orientação do leitor/espectador no caos social do qual faz parte. E o jornalista poderá se sentir satisfeito em seguir as prerrogativas de sua profissão.

3 - COBERTURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O jornalismo contemporâneo se caracteriza por um processo industrial que via de regra impossibilita uma abordagem mais ampla das questões, dada as necessidades de mercado (importante salientar que há exceções a esse funcionamento midiático, como os cadernos especiais e séries de reportagens temáticas, além dos veículos alternativos). Como já destacado por esse trabalho, os relatos dos fatos aparecem em técnicas padronizadas que privilegiam respostas de perguntas básicas, buscando legitimidade nas declarações e fontes oficiais que aparecem nas linhas e imagens das notícias.

Notícias, reportagens e artigos passam a não construir a riqueza discursiva, os conflitos sociais e as personagens esquecidas em relação à violência. As coberturas da grande imprensa deixam de apresentar personagens, situações, antecedentes, conseqüências e interligações entre diversos fenômenos. No lugar, há uma exaltação das qualidades dos meios de comunicação. Uma autopropaganda em que as produções jornalísticas passam a refletir a ordem vigente ao invés de colaborarem na apresentação ou denúncias de fenômenos sociais. Procedimentos que dificultam o trabalho dos jornalistas e uma reconstrução discursiva mais abrangente em relação aos acontecimentos.

Atualizações quase momentâneas, em detrimento da contextualização. Técnicas e fórmulas como o “lead” são louvadas por adaptarem as notícias aos padrões de todos os jornais. Condições de produção de um jornalismo convencional que mostram um modelo com dificuldades de retratar os diferentes fatos, esquecendo da construção de sentidos por parte dos receptores. Uma visão aprofundada dos fatos não consegue obedecer a regras pré-estabelecidas e a subjetividade não pode ser evitada em nome de uma objetividade “ilusória” que justifica relatos burocráticos de pessoas e situações. Jornais, revistas, rádios, web e televisões parecem cada vez mais “afobados”, dependentes de um relógio sempre atrasado.

A produção jornalística passa, com isso, a ser produto instrumental, cada vez mais identificado com as necessidades de mercado. Sua submissão é com os objetivos comerciais da empresa. A publicidade ganha espaço e pode alterar o espelho de uma publicação para que um anúncio de última hora seja inserido. Comemora-se um novo contrato publicitário tanto quanto um furo de reportagem. O tempo ganha destaque em detrimento da apuração. “Um dos sintomas mais expressivos do empobrecimento da reportagem é justamente o repercutério – a uma

declaração, reunião ou evento oficial, seguem-se comentários de outras pessoas, girando em círculo” (RIBEIRO, 1994, p. 100).

Procedimentos que revelam as condições em que o jornalismo contemporâneo se desenvolve. A comercialização da notícia a transformou em algo já dado, concreto, objetivo, porém, descartável. A notícia aparece isolada. Em um mundo em que as informações existem em abundância, ser mais rápido se tornou uma demonstração de prestígio, poder financeiro e político. Por essa razão, toda produção da mídia passou a ser orientada pelo signo da velocidade e renovação permanente.

Proliferam-se produções impessoais, incapazes de auxiliar a compreensão dos fatos. As empresas jornalísticas, preocupadas com o desempenho comercial, atestam a incapacidade do jornalismo em tratar do cotidiano e mostrar histórias e personagens que possam ajudar na construção discursiva do “outro”. O empresário de comunicação distorce e manipula para agradar seus consumidores e, assim, vender mais material e de comunicação e aumentar seus lucros. Embora a responsabilidade seja do próprio empresário, as suas motivações são predominantemente econômicas (ABRAMO, 1996).

A informação passa a ser valorizada pelo fato de informar. Como assinala Martín-Barbero, “cada dia estamos informados sobre mais coisas, porém cada dia sabemos menos o que significam” (1998, p. 7). Quase nada da enorme quantidade de informações que se recebe é traduzida em maior conhecimento para os outros, em possibilidades de atuar de modo transformador sobre a sociedade. Há uma simulação do social, da participação. As pessoas têm a sensação de que participam dos fatos, protagonizando os acontecimentos, quando na verdade, os “protagonistas” são outros e bem poucos.

Uma gestão cada vez mais sofisticada do consenso social e cultural exclui possíveis diferenças e ameniza os conflitos referentes às relações públicas generalizadas que a imprensa de massa possui, que passa a ter caráter de representação social das classes dominantes. Uma desigualdade de acessos a esses meios garante uma sub-cidadania aos que com ela pouco conseguem interagir, pois o desenvolvimento das novas tecnologias reforça as diferenças entre uma minoria de dirigentes e de mediadores contra uma maioria de excluídos que se contentam com meios generalistas de massas (MARTÍN-BARBERO, 1998).

Quando se fala em violência, a mídia também representa um determinado modo de produção discursiva, com seus estilos narrativos e suas rotinas próprias, que estabelecem alguns

sentidos, com a apreensão e relato dos fatos. “A maior relação entre os meios de comunicação e a violência está na forma como o sistema de comunicação se articula com as condições de vida da população” (SODRÉ, 2002, p.37). Por pertencer a um sistema de corporações de vínculos capitalistas, a mídia, em particular a publicidade, é a grande responsável por instigar a população a consumir mais e mais. Ela faz parecer tudo muito simples e acessível, quando apenas uma pequena parcela da sociedade possui condições de obter grande quantidade de bens de consumo.

A força expressiva desta linguagem da violência vem deste momento em que os episódios deixam os lugares particulares ou privados de sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e a orientar práticas sociais sobre a violência. Por isso, a violência aparece como força mobilizadora e fundadora; expressa conflitos, dá visibilidade a questões sociais ou políticas latentes, provoca a produção de sentidos em diversas instâncias discursivas e aciona práticas institucionais e políticas (RONDELLI, 2000).

Os meios constituem um campo, o lugar onde se dá visibilidade aos diversos discursos e onde cada um destes se articula, não só com o discurso mediático, mas com os outros discursos presentes neste espaço de mediação. Assim, há um discurso político, religioso, jurídico, médico se articulando ao e no campo mediático. Este, por sua vez, não só os recodifica como os processa de modo intertextual, relacionando cada discurso com o outro, e todos eles com o discurso da mídia, advindo, deste entrelaçamento, ou intertextualidade, a produção de sentidos. (RONDELLI, 2000, p. 153)

Os discursos contidos nas reportagens oferecem ao leitor uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo e as situações de violência, influenciam sua percepção dos sentidos e restringem sua capacidade de elaboração de significados. A partir daí, o que se observa, via mídia, é uma violência banalizada, corriqueira e trivial, além da violência policial praticada de forma ilegal ou ilegítima. Pela mídia, a violência é transmitida de forma difusa e desordenada, com ausência das causas que a provocam. Pela forma como é mostrado, como simples fenômeno de agressão física, sem ser encarado como linguagem, o “retrato” da violência leva as pessoas a abandonarem as ruas, suprimindo a participação neste espaço público.

Uma estilização da violência, que aparece isolada do processo social do qual faz parte. (MARCONDES FILHO, 1999). Matérias particularmente sangrentas e violentas, de um jornalismo tido como sensacionalista, que despertam interesse pela sua própria crueldade. “Diferente, contudo, da violência verdadeiramente vivida, em que a emocionalidade da vivência é

incomparável à da TV, esta tenta reduplicar seu próprio investimento apelando para signos de mais-violência. Mas o limite é próximo. “Além da violência está o campo do chamado “mau-gosto”, das apresentações consideradas incômodas, que podem chegar ao detestável e ao abominável” (MARCONDES FILHO, 1999, p. 31).

A busca pela emoção prima pela força das imagens (ou fatos) em detrimento de uma abordagem analítica. Tem-se o deslumbramento. A percepção transforma a vista em órgão de compreensão, dá ao olhar uma mobilidade constante, bloqueia a reflexão e a inteligibilidade, supervaloriza a hipótese visual, dispensa a demonstração, porque se dirige ao receptor com assertividade. A televisão parece exemplar ao sufocar com imagens a construção do seu discurso. O pensamento não consegue se “desligar” dos aspectos mágicos daquilo que é mostrado. O pior é que diversas camadas são ignoradas pelas equipes jornalísticas dos meios de comunicação. Cidades que não oferecem um adicional simbólico capaz de fazer com que seus acontecimentos sejam bem situados na disputa pela veiculação midiática. Os diversos pontos de vista não são escutados.

As produções midiáticas não destacam a pluralidade temática referente à violência. Criou-se um modelo de reportagem baseado em uma seleção de possibilidades abertas pelos boletins de ocorrência policial. Os recantos pouco conhecidos são descritos com a referência de uma fonte oficial. É como se nas periferias só houvesse violência e catástrofes. Normalmente as verdades não são checadas, o acontecimento é tratado de modo isolado, a ponto de não se tornarem claras as responsabilidades coletivas e institucionais (CORDEIRO, 2001).

Não há uma procura pelos aspectos diferentes inseridos nos conflitos de um fato. É evidente a falta de acesso à mídia pelo cidadão singular que, normalmente, não tem sido considerado como fonte de um saber intransferível, cuja base é a medida do cotidiano. É esse cidadão que sabe, não apenas sobre a morte da vítima, mas da sua vida e, portanto, reúne condições para informar sobre sua falta. Ele pode ter opiniões esclarecedoras sobre a situação da insegurança em seu bairro, no transporte ou no trabalho. Pessoas anônimas que sofrem ou testemunham, diariamente, as mais diversas formas de violência.

Não há uma contextualização de razões, motivações, angústias ou ideias que ajudem a explicar os antecedentes de um crime ou da vida de um criminoso. Os pobres não têm a voz ouvida pelos meios de comunicação, e conseqüentemente, suas representações sociais são estigmatizadas em nome dos crimes que os meios de comunicação informam superficialmente.

De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência. Através das imagens e das palavras eles são rotulados. Não se vêem mais pessoas. Elas tornaram-se rótulos: vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores infratores, delinquentes, bandidos, viciados (...) porque parece que a sociedade deve reconhecer que há mortos dignos e indignos. Há violência que não cortam, como se fossem ritos necessários à depuração da sociedade (MELLO, 1999, p. 139)

A pobreza assume um status social desvalorizado, o que obriga os pobres a viver numa situação de aparente isolamento, na tentativa de dissimular a inferioridade de seu status. E a mídia aparece para reforçar essa desqualificação, pois focaliza situações de violência em que criminosos são vistos como pobres marginalizados com motivações estritamente psicológicas.

As representações midiáticas dominantes no cenário social enfocam a violência como um fenômeno produzido por um sujeito singular, que não sabe lidar com suas emoções e que, portanto, deve ser excluído do sistema social (RAMOS, 2003). Análises que envolvam a avaliação de fatores históricos, sociais e econômicos também envolvidos na produção da violência são, muitas vezes, ignoradas pelos meios de comunicação, que nem sempre efetuam uma crítica ao modelo de sociedade vigente, reduzindo o fenômeno da violência a explicações causais. Trabalha-se com dicotomias, binarismos com unicamente dois valores: o bom e o mau. Empobrecem-se os acontecimentos, onde a multiplicidade, as diferenças estão ausentes, impondo-se formas de pensar estritamente maniqueístas.

Como nova mediadora do espaço público na sociedade, é a mídia que encorajará ou não medidas que possam discutir mais amplamente a violência. A partir do registro e transmissão de imagens de violência é que pode-se descobrir a existência de crianças no tráfico, moradores de rua e a convivência de moradores de morros (CORDEIRO, 2001). Uma cobertura que possa localizar os conflitos e denunciar parte das interligações contidas no fenômeno “violência”. Desmistificar a periferia como lugar de bandidos e representar as alteridades de maneira que estas possam ser entendidas como parte de um processo social. Dessa forma, a mídia pode contribuir e denunciar as diferentes formas da violência. Para isso, os meios de comunicação devem parar de trabalhar com fórmulas ou sensacionalizar os fatos de maneira a atrair o público apenas por causa dos aspectos mais anômalos identificados em um fenômeno.

4 - ANÁLISE DOS LIVROS

Para análise dos livros, este trabalho faz uso da metodologia ligada à análise do discurso, campo teórico que concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e o contexto. Essa mediação torna possível tanto a permanência e a continuidade como o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. Como já destacado neste estudo, o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Nos estudos discursivos, forma e conteúdo não são separados. O objetivo dos estudos é compreender a língua não só como uma estrutura, mas como um acontecimento, um encontro da pessoa com a linguagem. Como já destacado, a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito); e a história é afetada pelo simbólico (já que os fatos reclamam sentidos).

O discurso não se trata apenas de transmissão de informação, e também não há linearidade na disposição dos elementos de comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo. A Análise do Discurso vai compreender como os objetos que produzem sentidos, analisando os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, mecanismos, como parte dos processos de significação (ORLANDI, 2003, p.20).

Importante destacar que a Análise do Discurso não procura um sentido verdadeiro, através de uma chave de interpretação. Não há uma verdade oculta atrás do texto, mas gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. A análise visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido, para produção de novas práticas de leitura.

Quando nascemos, os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Todo o dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa, nas palavras dos sujeitos.

O analista se propõe a compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção de sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e o sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros. As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário (ORLANDI, 2003, p.21).

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele não brota do nada e se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processo que ligam discursos e instituições. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos (ORLANDI, 2003, p.22).

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em relações. O interdiscursos disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória.

As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso à sua literalidade. O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência, que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido.

A ideologia faz parte dessa estrutura da linguagem, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza a dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, produz-se um tecido de evidências subjetivas, no sentido de que se tratam daquelas nas quais se constitui o sujeito. A ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo (ORLANDI, 2003, p.25).

A língua, assim, termina por fazer sentido, como um trabalho simbólico, parte de um trabalho social e geral, que constitui o homem e a sua história. Sob esse prisma, é possível entender que a língua é perpassada pelo sujeito que, por sua vez, é afetado pela história. Demonstra-se, então, o sentido ideológico existente na linguagem, com o real afetado pelo simbólico (afinal, os fatos pedem por sentidos). Não ocorre apenas uma transmissão de

informações entre emissor e receptor, mas há todo um jogo de representações de sentidos, com a relação de sujeitos que se esbarram na história geral e particular de cada um.

Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito; aquilo que não está dito e que também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe: outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas.

Podemos dizer que há relações de sentido que se estabelecem entre o que um texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e outros textos dizem. Saber ler passa a ser saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente. Como a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade, a ideia de unidade (de todo) não implica a de completude: a linguagem não é uma coisa só e nem é completa. Entendemos também como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis. A linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara, nem distinta.

A representação da realidade das pessoas, ou seja, do seu cotidiano, é permeada por símbolos. E diante deles, o processo de interpretação se desdobra. Segundo Eni Orlandi, a Análise de Discurso (AD) permite uma relação mais próxima com a linguagem, uma vez que o discurso é a prática da linguagem e concebe-a como a intermediação entre o homem e a sociedade. Desde a antiguidade vários estudos foram realizados, embora não sistematizados, sobre a linguagem e sua produção de sentidos, o que é de interesse direto da AD. No entanto, somente nos anos de 1960 é que este campo de estudo ganha notoriedade. Sua constituição teórica já se prenuncia no campo do conhecimento constituído, com interfaces com a linguística, marxismo e a psicanálise, sem ficar preso nestes campos do conhecimento, indo bem além de suas fronteiras (ORLANDI, 2003).

Ao constituir o discurso como seu objeto, a AD relaciona a linguagem à sua exterioridade: não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens expressando-se oralmente e por escrito, falando, produzindo sentidos, enquanto sujeitos e enquanto membros da sociedade. Em consequência, considera o linguístico como parte da prática do discurso e vê a história e a sociedade como indissociáveis do fato que significam. Trata o discurso como palavra em movimento, prática e linguagem. A língua deve fazer sentido enquanto trabalho simbólico, que significa a partir o trabalho social, constitutivo do homem e da sua

história. A linguagem deve ser entendida como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Diferentemente da maneira como a comunicação funcional entende a linguagem, ou seja, simples transmissão de mensagem de um emissor para um receptor, para a Análise de Discurso, no discurso não há linearidade na disposição dos elementos do quadro comunicativo, pois a língua não é apenas código. As práticas discursivas são processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação e de construção, pois essas relações de linguagem são na verdade relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. (ORLANDI, 2003)

Entende-se discurso como efeito de sentido, pois é no discurso que se configura a relação entre língua, cultura e ideologia. Eni Orlandi explica que constantemente temos a ilusão de que nossas palavras são originais, quando na verdade esquecemos involuntariamente que estamos sempre esquecendo o que já foi dito. Por isso, quando repetimos as palavras, ou seja, retomamos palavras já existentes, elas adquirem novamente sentido e nos dão a ilusão de originalidade. O que não podemos esquecer, de fato, é a condição primeira da linguagem: a de ser sempre uma incompletude. Nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados.

Eles estão sempre se fazendo num movimento constante do simbólico e da história. Estes sentidos inacabados resultam das relações de força (poder) nas quais estamos inseridos. A construção de sentido se dá a partir do lugar no qual a fala do sujeito é constituída. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, essas relações de força são sustentadas pelo poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação. “Para trabalhar o sentido, este campo de estudo reúne três áreas de conhecimento em suas articulações contraditórias: a) a teoria da sintaxe e da enunciação; b) a teoria da ideologia, e c) a teoria do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 31).

Para abordar o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, Orlandi introduz uma noção que considera básica na Análise de Discurso – a de formação discursiva. Se as palavras não têm um sentido em si mesmas, é porque derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

A questão do sentido é fundamental para este campo de estudo, pois a linguagem é linguagem porque faz sentido, e a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e

pela língua. (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.” (ORLANDI, 2003, p. 32). Assim, a Análise de Discurso rompe com a concepção de sentido como projeto de autor, rompe com a ideia de um sentido originário a ser descoberto.

A autora explica que mesmo sem a intenção consciente, o que falamos é afetado pela língua e pela história, pois os sentidos não estão somente nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem unicamente das intenções dos sujeitos. Para a Análise de Discurso, a linguagem está materializada na ideologia e a ideologia se manifesta na língua, pois não há discurso sem sujeito, sujeito sem ideologia, nem sujeitos e sentidos estão completos. O discurso é o lugar possível no qual se observa esta relação entre língua e ideologia.

Ao mesmo tempo, a Análise de Discurso tenta entender como os objetos simbólicos produzem sentidos, isto é, como eles estão investidos de significância para e por sujeitos. Segundo Orlandi, explorar de maneira diferente a relação de sentido construída através do simbólico tem sido a grande contribuição deste campo de estudo. A ideologia não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação, mas como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Por outro lado, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. Para Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2003, p. 49), o mundo não é diretamente apreensível quando se trata de significação, pois o vivido dos sujeitos é constituído pela ideologia.

Nosso imaginário, segundo Orlandi, não surge do nada, mas sim do modo como as relações sociais se inscrevem e são regidas na história por relações de poder. A análise então encontra sua função ao atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades, para então tentar explicar o modo como os sentidos estão sendo produzidos e para, enfim, ajudar os falantes a compreender melhor o que está sendo dito.

A autora também distingue inteligibilidade, interpretação e compreensão. A inteligibilidade dá sentido à língua. A interpretação é o sentido, pensando-se o co-texto e o contexto imediato. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, pintura etc.) produz sentido. A compreensão procura explicitar os processos de significação presentes no texto, compreendendo como os sentidos se constituem. Enfim, não há sentido sem interpretação,

e não há interpretação sem a presença da ideologia que é a condição básica para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.

No que diz respeito à interpretação, uma parte é de responsabilidade do analista e a outra deriva, segundo os preceitos da Análise de Discurso, da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico do campo do conhecimento. Ao tratar da interpretação como dispositivo de análise, a autora considera que existem dois momentos dessa análise. No primeiro, a interpretação faz parte do objeto da análise e, no segundo, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação – o próprio analista está envolvido na interpretação. A partir de diversos conceitos que podem ser mobilizados pelo analista, é possível fazer distintos recortes conceituais. Uma análise não é igual à outra. Um mesmo analista, formulando uma questão diferente, também poderá mobilizar conceitos diversos. Feita a análise, o analista interpretará os resultados de acordo com os instrumentos teóricos dos campos disciplinares de que partiu. (ORLANDI, 2003)

O objeto de análise são os dois livros-reportagem que podem romper com padrões do jornalismo diário e têm uma linguagem passível de diferentes recortes relacionados à Análise de Discurso. É o caso dos dois livros analisados nesse trabalho

O livro-reportagem do jornalista Caco Barcellos, “Abusado”, foca os bastidores do tráfico de drogas, comandado pelas corporações criminosas presentes nos morros cariocas. A partir dos relatos do traficante de drogas Juliano VP, Caco tece um panorama que mostra a história da ocupação do morro pelo Comando Vermelho, principal facção criminosa no Estado, e da implantação de sua disciplina. Ele reproduz, inclusive, a linguagem dos bandidos, e destaca o crescimento cada vez maior do número de miseráveis que testam o poder de fogo, armas e drogas.

O jornalista procura através das inúmeras entrevistas com as fontes relatadas no livro, dar visibilidade à vida no morro carioca, histórias que mostram a vida escondida em matérias policiais que privilegiam o anômalo e/ou o mero relato de fontes oficiais, não aparecem com sua efetividade.

Caco Barcellos destaca as potencialidades da personalidade de Juliano e amigos, além de mostrar um panorama desigual nas relações entre morro e asfalto, em que a classe média aparece harmônica e defendida por policiais capazes de atrocidades em relações obscuras com o tráfico

de drogas. Uma vez mais, Caco aponta práticas policiais ilegais existentes nas corporações, desde extorsões até torturas que podem levar criminosos à morte.

“Abusado” se lança na aventura de revelar diversas práticas entre criminosos sem esquecer a diversidade de relações existentes nos conflitos. Mazelas sociais, descasos políticos ou relações familiares conturbadas. O jornalista tenta apontar um grande número de indícios que possam fazer compreender as situações de violência que vivem os morros cariocas, verdadeiros “guetos”, em que cidadãos comuns e criminosos dividem o mesmo barraco sem partilhar das mesmas ideias.

Rio de Janeiro, 1994. A cidade é palco de uma guerra: sociedade contra bandidos. Durante dez meses, o jornalista Zuenir Ventura, frequentou a favela de Vigário Geral e conviveu com o outro lado da “cidade partida”, em que a violência impera no cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo, o jornalista acompanhou a mobilização da sociedade civil contra a violência, que resultou no movimento Viva Rio. A ideia cultivada nos anos 50 de uma “cidade de ouro” é contestada com a apresentação de dados que já manifestavam os sintomas de convulsão social que o Rio de Janeiro atravessa.

Zuenir procura traçar um diário de impressões com sua observação participante na favela carioca. Pensamentos do autor permeiam o texto a fim de que os estereótipos ou ideias pré-concebidas do autor possam ser quebrados perante a diversidade de aspectos e personalidades encarados no cotidiano de Vigário Geral. Ideias e práticas da classe média que revelam um “asfalto” pouco envolvido com esses moradores. Quando há a possibilidade de uma interação, seja com a criação de ONG’s ou com a discussão de temas sobre violência, o jornalista ressalta a importância das construções de sentido se interpenetrarem.

Ao destacar a mobilização social em torno da formação da ONG Viva-Rio, o jornalista busca apontar um dos caminhos a ser pensado nas diversas proposições para o combate à violência. Zuenir acredita no poder que os diversos setores da sociedade podem condensar caso se reúnam na execução de uma ação comum.

O que o jornalista pretende é discutir o título do livro, que dá ideia de uma “Cidade Partida”, de duas cidades completamente distintas, separadas por fronteiras claras. Zuenir busca mostrar as bases corruptas de cargos de confiança do Poder Público e suas relações nem sempre tão claras com o tráfico de drogas. Ao fazer isso, o autor de “Cidade Partida” aponta as ligações obscuras entre os dois Rios de Janeiro, em que um lado da cidade é tomado como bode expiatório

para relações ilegais entre ambas as partes. A cidade pode estar partida, mas essa ruptura existe porque serve de interesse para setores poderosos da sociedade que precisam camuflar suas práticas ilícitas.

Dentre os dois livros analisados, três categorias foram propostas para demonstrar as potencialidades inerentes a esta produção jornalística. A *exterioridade discursiva* se refere aos sujeitos, à situação e à memória. É o que em Análise de Discurso é chamado de “condições de produção”. Ela, em nosso caso, diz respeito ao tratamento diferenciado dado pelos autores aos entrevistados que aparecem nos livros. Personagens capazes de demonstrar algumas de suas emoções de forma mais detalhada, sinalizando a identidade cultural. O texto dá voz ao “outro”, calado em textos que apenas ouvem vozes oficiais ou pesquisas de boletins de ocorrências. Vidas refletidas em textos que acentuam as motivações e visões que cada pessoa guarda no decorrer de sua existência.

As *contradições e a incompletude discursiva* (que é o fato de que a questão dos sentidos é uma questão aberta) destacam os diversos aspectos envolvidos em um conflito. Elementos inseparáveis na constituição de um contexto, como as dimensões econômica, política, sociológica, psicológica, afetiva e mitológica. O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia.

A *deontologia marginal* aponta as singularidades no tratamento dado entre criminosos. Práticas nem sempre tão compreensíveis a um primeiro olhar, os hábitos entre bandidos revelam códigos de conduta seguidos como regras por traficantes do morro. Tribunais de sangue, lealdade, repulsa ao homossexualismo, ódio mortal aos informantes (conhecidos pela sigla X-9), além de um machismo refletido no número de parceiras que cada traficante acumula durante a vida.

5 - EXTERIORIDADE DISCURSIVA

O presente trabalho faz uso do termo *exterioridade discursiva*, como forma de ilustrar o fato dos jornalistas de ambos os livros trabalharem no sentido de fazer com que a linguagem (verbal) dos personagens envolvidos sinalize a identidade cultural (MEDINA, 2002). A afirmação aponta a importância de um relato jornalístico polissêmico e polifônico. Para que serve e servirá tudo aquilo informado se na rua, em casa ou no imaginário os temas não confluem com o cotidiano? Pelo contrário, a impotência perante o mundo cresce. A preocupação de Cremilda Medina diz respeito a validade do jornalismo cumprir sua função social diante de textos que se limitem a descrições burocráticas das notícias.

A pesquisadora aponta a necessidade de buscar a polissemia nos textos jornalísticos. Se o acontecimento social do momento define o discurso da atualidade que se veicula no jornalismo, as fórmulas como se expressam significados do presente no noticiário quase sempre ocultam a cena cotidiana anônima da gente miúda – cidadão, subcidadãos e deserdados. Com isso, o cotidiano na atualidade está aprisionado em paradigmas de crise no jornalismo. De certa forma, a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas que ilustram, pela formação discursiva, o local em que vivem. Descobrir a trama das pessoas que não têm voz, recriar as falas e hábitos dos personagens. Uma informação vivida e exemplificada na cena cotidiana protagonizada pelos “heróis da aventura contemporânea” (MEDINA, 2002, p. 53).

Para evidenciar estes múltiplos relatos, o trabalho evidencia espaços de enunciação que funcionam pelos falantes (GUIMARÃES, 2002). Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Já os espaços de enunciação são espaços de funcionamento da língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. “São espaços “habitados” por falantes, sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

Para a AD, o discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo. Por isso, sua aparição deve ser contextualizada como um acontecimento, pois funda uma interpretação e constrói uma vontade de verdade. Quando se pronuncia um discurso, age-se sobre o mundo, marca-se uma posição - ora selecionando sentidos, ora excluindo-os no processo interlocutório.

Nos dois livros analisados, este discurso, entendido como prática, encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, necessitando do rompimento com as estruturas linguísticas para se chegar a ele. É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala (FERNANDES, 2005, p.30).

Os sujeitos falam de um lugar social e este lugar no discurso é governado por regras anônimas que definem o que pode e deve ser dito. Somente nesse lugar constituinte o discurso vai ter um dado efeito de sentido. Se for pronunciado em outra situação que remeta a outras condições de produção, seu sentido, conseqüentemente, será outro. A assunção da palavra se dá pela cena enunciativa, que se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento, lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer (GUIMARÃES, 2002).

O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos (BRANDÃO, 1993, p. 10). Embora se apresentem como tendo começo, meio e fim, os textos, que são a materialização do livro, não são completos, não se apresentam como unidade. Pela relação de sentidos que é própria a qualquer discurso, todo texto tem relação com outros textos, seja sob o modo da intertextualidade ou do interdiscurso, com algo que fala em outro lugar de forma independente (PECHÊUX, 1993).

A constituição do sentido é socialmente construída. A aparente monossímia de uma palavra ou enunciado é fruto de um processo de sedimentação ou cristalização que apaga ou silencia a disputa que houve para dicionarizá-la. “O sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas” (PECHÊUX, 1993).

A língua, assim, termina por fazer sentido, como um trabalho simbólico, parte de um trabalho social e geral, que constitui o homem e a sua história. Sob esse prisma, é possível entender que a língua é perpassada pelo sujeito que, por sua vez, é afetado pela história. Não ocorre apenas uma transmissão de informações entre emissor e receptor, mas há todo um jogo de

representações de sentidos, com a relação de sujeitos que se ‘esbarram’ na história geral e particular de cada um.

Surgem os personagens, sujeitos da análise do discurso. Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado, um sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo (FERNANDES, 2005).

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2005, p. 20).

A Análise do Discurso defende uma teoria não-subjetiva do sujeito. Como explica Fernandes, “a constituição do sujeito discursivo é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação social em diferentes segmentos da sociedade” (2005, p. 41). Isso implica três coisas: o sujeito não ocupa uma posição central na formação do discurso; ele não é fonte do que diz; muito menos tem uma identidade fixa e estável.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua fala outras falas se dizem. (BRANDÃO, 1993, p. 92).

O que define de fato o sujeito é o lugar de onde fala. Foucault diz que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (2005, p. 139). Esse lugar é um espaço de representação social (ex: médico, pai, professor, motorista etc.), que é uma unidade apenas abstratamente, pois, na prática, é atravessada pela dispersão. A unidade é uma criação ideologia, é uma coação da ordem do discurso. Por isso, podemos dizer que o sujeito é um acontecimento simbólico. “Se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 49).

O sujeito pode ocupar várias posições no texto. Um único indivíduo pode assumir o papel de diferentes sujeitos. O sujeito é caracterizado pela incompletude. Mas essa marca vai se apagando de acordo com a função enunciativa que o sujeito assume. Hierarquicamente esse apagamento acontece da seguinte maneira: locutor enunciador autor. O sujeito é um eu pluralizado, pois se constitui na e pela interação verbal. “É múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, por que não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, por que representa vários papéis, etc.” (ORLANDI, 1988, p. 11).

Não existe o sujeito sem o discurso, pois é este quem cria um espaço representacional para aquele. Talvez a grande contradição do sujeito seja o fato dele produzir o discurso e ao mesmo tempo ser produzido por ele. “O sujeito tem acesso a si a partir de saberes que são sustentados por técnicas” (SARGENTINI, 2004, p. 93). O sujeito é inventado pelo discurso através do processo de subjetivação. E Miriani alerta “... falar de subjetividade é falar de algo que é puro movimento, apreensível apenas num só-depois...” (2004, p. 8).

O sujeito não aparece individualizado naturalmente. É preciso que o poder o discipline e molde o seu comportamento conforme a ordem desejada. O sujeito se relaciona consigo mesmo através do discurso, discurso esse que não lhe pertence completamente, mas que é devassado pelo outro. É o olhar de um outro que permite a constituição de uma imagem unitária do eu. O eu só tem sentido quando o outro lhe atravessa. Não existe subjetividade sem a intersubjetividade. Não existe uma alteridade que esteja fora do eu, os dois não estão separados por uma fronteira bem definida, pelo contrário, ambos são um mosaico de vozes, que formam um saber sobre si e sobre o outro recalcado pelos jogos de poder.

Para concretizar o surgimento destes múltiplos relatos, presentes nas falas de cada personagem descrito nos livros-reportagem, as condições de produção dos autores possibilitam que eles façam uso de modalidades como a descrição, um modo de enunciação que tem por especificidade colocar o interlocutor em certa relação de interlocução que é a da sua inserção na perspectiva do espaço, na construção de uma cena, com o tempo “mostrado” (ORLANDI, 1989). É a descrição que faz surgir a cena enunciativa que sinaliza a identidade cultural dos envolvidos nos livros.

Barcellos cria o livro baseado no depoimento dos diversos personagens que aparecem nas páginas de “Abusado”. Embora Juliano tome lugar central na história e se transforme em protagonista, o uso de histórias de vida de muitos personagens tenta contextualizar a violência e o

modo de vida de alguns moradores de Santa Marta. Caco Barcellos se “utiliza” da vida do traficante para dar um panorama das vivências e hábitos dos moradores do morro carioca.

Um único tiro atingiu a parte esquerda superior do peito, centímetros acima do coração. O impacto do projétil de altíssima velocidade lançou sangue contra o rosto do atirador Peninha. E jogou o corpo de Juliano dois metros para o lado, fazendo-o bater de cabeça contra o muro. Ele perdeu o equilíbrio, mais ainda conseguiu correr, meio groque, até cair logo à frente no valão de águas pluviais, quase na porta da família amiga. Da mesma posição, mais com a lente dos óculos encobertas pelo sangue de Juliano, Peninha disparou novamente, mas errou o tiro que seria de misericórdia. E se afastou para buscar reforço. (...)

O médico trabalhou a tarde inteira para restaurar a parte superior do tórax de Juliano. No lugar dos ossos da clavícula, despedaçados pelo tiro, teve de instalar dois pinos de aço, para dar sustentação ao ombro e ao braço esquerdo. Em seguida, fez drenagem dos pulmões e abriu um orifício na traquéia para enfiar os tubos da respiração artificial. (BARCELLOS, 2004, p. 281 – 287)

A cena toda é descrita de forma a sensibilizar o leitor, em um lugar organizado na enunciação, em que o enunciador olha e indica o que vem antes e depois. Como explica Orlandi, é deste lugar que se organiza o voyeur do interlocutor, trazido para dentro do relato, de forma a desvendar o simultâneo presente no relato. Segundo a pesquisadora, o discurso direto que é utilizado no trecho funciona como um componente desta retórica do espetáculo que é instaurada pela descrição, um espetáculo que o tempo perde também suas determinações e pode ser qualquer um (ORLANDI, 1989).

Com isso, o enunciador constrói uma relação em que se produz um engajamento maior do interlocutor e se faz funcionar o efeito da simultaneidade e, também desta forma, constrói o seu espetáculo. Todos estes mecanismos produzem um efeito de ‘familiaridade’ que, por sua vez, resulta em imprimir a essas falas um acento de informalidade (ORLANDI, 1989). Neste ponto, Barcellos traz a tona os sujeitos falantes, ao traçar uma visão onisciente dos moradores do morro da Santa Marta com a reprodução de sons de metralhadoras em onomatopéias, além de usar travessão em diálogos que revelam formações discursivas diferentes.

- Tenho uma proposta. Quero que você faça um livro sobre a história da minha vida (diz Juliano).

(...)

- Como você prefere ser chamado? De traficante, de criminoso...

- Bandido. Bandido!

(...) Minha contraproposta é um livro sobre a tua quadrilha inteira, acho que a sociedade precisa conhecer melhor a vida de vocês.

- Isso dá mais que um livro. Dá vários!

- Topo fazer um!

- Mas por que não sobre minha vida? Tenho muita história, cara. Quero que um dia meu filho ponha na ideia que esse bagulho do tráfico é foda.
- Que idade ele tem?
- Doze, tá na idade foda!
- Você tem medo que ele siga o exemplo do pai?
- Muito, muito. Isso não pode acontecer de jeito nenhum. (BARCELLOS, 2004, p. 460)

Este trecho já permite mostrar o lugar em que fala o sujeito, constitutivo do que ele diz e está representado – embora transformado imaginariamente – nas suas falas. Não são as situações sociais empíricas, objetivamente descritíveis que contam, mas as projeções destas situações, pelas formações imaginárias, nos discursos. Por isso é que não falamos das situações, mas das posições dos sujeitos em relação ao que eles dizem (ORLANDI, 1989). O diálogo revela mais aspectos da personalidade de Juliano, preocupado com a possibilidade do filho seguir os passos do pai, a partir de um livro que servisse de lição de como é inseguro e inconstante o caminho do crime nas palavras de um dos gerentes do tráfico de drogas do Rio de Janeiro.

Diferente da banalização operada pela mídia em relação a simulações contemporâneas, a violência conquista o seu caráter de excepcionalidade. (SODRÉ, 2002). A posição do jornalista, que se coloca como o narrador que faz o relato midiático, cria um circuito de produção de sentidos. Com isso, tais discursos, antes constituídos pela natureza do fenômeno narrado e pelas características do meio comunicativo, tornam-se constitutivos à medida que passam a sustentar e a configurar opiniões, julgamentos, valores e práticas adotados a partir e/ou com referência a esses relatos sobre a violência (RONDELLI, 2000).

5.1 – CIDADE PARTIDA

Neste livro, Zuenir Ventura faz um diário de impressões de suas visitas em Vigário Geral. A narrativa, predominantemente em primeira pessoa, privilegia o olhar do jornalista sobre suas fontes. A observação participante de Zuenir faz com que ele interaja com os personagens do livro e, com isso, torne os relatos mais subjetivos. Vigário Geral aparece como berço de pessoas como Caio Ferraz, Djalma, Ari da Ilha, entre outros, mas todos sob a sombra de Flávio Negão, chefe do tráfico local. Zuenir tenta traçar um perfil que privilegie o maior número possível de aspectos de Flávio Negão, mas não é apenas o líder do tráfico no morro que tem suas histórias retratadas no livro.

Zuenir retrata com ironia o momento em que conhece pessoas de Vigário Geral, ao mostrar que as favelas podem ser, também, “antro de intelectuais”.

“Nada mais me surpreendia, desde a descoberta da turma da UERJ – que, pela aparência, provocaria pânico se resolvesse descer numa praia da Zona Sul. Naquela noite do botequim, sentado à minha direita no chão, um rapaz miudinho falava o tempo todo, não deixando que eu prestasse atenção nos demais. Para fazê-lo calar-se, disse em tom de brincadeira”:

- Você fala como intelectual, cara!

Ele olhou para mim e deu um sorriso que antegozava o efeito do que iria dizer:

- Intelectual, sim, mas orgânico, como diria Gramsci.

Era o sociólogo Caio Ferraz.

Agora aparecia ali na quadra esse outro inesperado rapaz, Valmir, falando de 68. A julgar pela amostragem, aquela favela era um antro de intelectuais. (VENTURA, 1995, p. 63)

As formações discursivas se interrelacionam de tal modo que as posições dos sujeitos que falam entre si mantêm uma distância definidora (de seus lugares). Essas relações são significativas. Zuenir desvela os próprios preconceitos ao colocar que o modo de dizer de um morador da favela (igual ao seu) o surpreendia, demonstrando que os dois locutores ocupam posições diferentes, conflitantes mesmo, com palavras que soam idênticas, mas significam diferentemente em suas posições específicas (ORLANDI, 1989). Pela abordagem jornalística, Zuenir valoriza com esse recurso a importância do outro na construção e captação de uma reportagem. O narrador revela as falhas de um jornalista que, gradativamente, aprende com os erros.

Como destaca Orlandi, essas formações discursivas diferentes são momentos extremamente ricos para a exploração da relação entre elas, enquanto grupos sociais distintos que se autolimitam. É da observação das suas relações discursivas de toda sorte que se podem produzir outros sentidos nesta relação (ORLANDI, 1989). Personagens capazes de mostrar o quão diversificado podem parecer os atos humanos. O jornalista deve aceitar suas limitações em descrever os acontecimentos (principalmente nos relatos padronizados da grande mídia) para apontar a riqueza desse novo universo discursivo que brota das falas das personagens, mostrando diferentes construções acerca dos acontecimentos.

Seu Nahildo navega nesse terreno pantanoso com a habilidade que o Partidão lhe deu. Confessa que todo ano, no Natal, convida os chefes da quadrilha para um almoço em sua casa.

- Eles depositam as armas e vêm aqui ouvir o meu sermão. Digo que eles têm que pensar mais em política, mais na comunidade do que no “negócio”. Fico meio escandalizado e pergunto se esses gestos não significam a legitimação dos bandidos.
- Ora, meu amigo, é muito bom dizer isso quando se olha de fora. Aqui dentro eles já estão, como o senhor diz, legitimação. As coisas são mais complicadas do que vocês pensam de longe. (VENTURA, 1995, p. 104)

Com o olhar “de fora” de Zuenir, aparece uma formação discursiva diferenciada da linguagem do morro. Neste confronto de formações discursivas que se pode produzir um deslocamento nessa relação de sentidos produzidos por uma (a pergunta) ou outra (a resposta), em sua tensão. Com esta transformação pode-se chegar à instituição de novos sentidos. E isso só é possível ouvindo-se cada um dos interlocutores em seu lugar próprio (posição) e elaborando-se as suas contradições e as contradições que resultam de suas relações (ORLANDI, 1989). Um olhar de longe é incapaz de conceber os mais diversos atos que Vigário Geral pode abrigar.

Mas, pelo cargo que ocupa no morro, a figura central do livro é o chefe do tráfico de Vigário Geral, Flávio Negão. Zuenir tenta entender a lógica do tráfico e da escolha por esse caminho. O jornalista é apreensivo em um primeiro contato com Flávio, mas tenta traçar um perfil, mesmo de longe, das primeiras impressões sobre o bandido.

E como é que você se sente agora, tão poderoso? – pergunto de repente. Aquele talvez não fosse o tema ideal para o momento, mas Flávio Negão acaba respondendo – primeiro, com certa má vontade; depois, aos poucos, vai se entusiasmando com a própria história. - Ah, caaaara, eu cumecei de baixo, vim da lama. Ralei muito pra chegar onde cheguei. Num foi fácil (VENTURA, 1995, p. 108)

Aos poucos, Zuenir vai mostrando a riqueza da personalidade humana a partir das entrevistas realizadas com Flávio Negão, com o desvelamento de outros e infinitos sentidos que não são transparentes como poderiam ser à primeira vista. Metamorfozes ambulantes capazes de recordar com nostalgia do passado ou se vangloriar do poder que exercem na comunidade. Negão se considera um “governante” mais “humanista” ao privilegiar os moradores quando estes precisam. Com isso, as representações midiáticas deixam de aparecer como um fenômeno produzido por um sujeito singular, que não sabe lidar com suas emoções e que, portanto, deve ser excluído do sistema social (RAMOS, 2003). As cenas enunciativas permitem uma melhor avaliação de fatores históricos, sociais e econômicos também envolvidos na produção da

violência e que são, muitas vezes, ignoradas pelos meios de comunicação, que terminam por efetuar uma crítica vazia ao modelo de sociedade vigente.

Há uma representação particularizada dos seres e cenários, que revelam suas singularidades, em textos que evidenciam as peculiaridades de cada pessoa e/ou objeto, sempre de acordo com as argumentações e questões básicas do autor. A existência de um narrador onisciente é um recurso utilizado para tornar o relato jornalístico mais atraente, de maneira a facilitar a leitura. Um jornalismo que busca unir o poder estético das narrativas com o dever do jornalista.

6 - CONTRADIÇÕES E INCOMPLETUDE DISCURSIVAS

A unidade do discurso é um efeito de sentido, como Orlandi explica, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (1999, p. 15). Os discursos se movem em direção a outros. Nunca está só, sempre está atravessado por vozes que o antecederam e que mantêm com ele constante duelo, ora o legitimando, ora o confrontando. A formação de um discurso está baseada nesse princípio constitutivo – o dialogismo. Os discursos vêm ao mundo povoado por outros discursos, com os quais dialogam. Esses discursos podem estar dispersos pelo tempo e pelo espaço, mas se unem por que são atravessadas por uma mesma regra de aparição: uma mesma escolha temática, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou um acontecimento. Por isso que o discurso é uma unidade na dispersão.

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. “Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2005, p. 171). Os discursos não revelam verdades, mas tomam sentidos de certas interpretações, ocultando outras tantas, sem perspectivas dualistas ou simplificadas. Um jogo que encontra eco na teoria da complexidade formulada pelo pensador francês Edgar Morin, que desafia os paradigmas vigentes no pensamento e aponta as diversidades intrínsecas em todos os hábitos da sociedade. Surge o *homo complexus*, uma nova noção de homem baseada na riqueza de aspectos contraditórios e/ou complementares existentes na personalidade de uma pessoa.

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida. Ele é sujeito de afetividade intensa, porém instável. Pode sorrir, chorar, mas também sabe conhecer com objetividade; pode ser sério e calculista, mas igualmente ansioso, angustiado, gozador, ébrio ou mesmo estático. Ser de violência e ternura; amor e ódio. É alguém invadido pelo imaginário, mas que também reconhece o vínculo com os fatos. Consciente da morte, pode também não acreditar nela. Um ser capaz de cultivar o mito e a magia, mas também a ciência e filosofia; possuído por deuses e ideias, mas que duvida desses deuses e critica essas ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras (MORIN, 1999).

Unidades como o ser humano e a sociedade são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta

as dimensões histórica, econômica, sociológica e religiosa. O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional e nele inserir estes dados: não apenas não poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras; a dimensão econômica, por exemplo, está em inter-retroação permanente com todas as outras dimensões humanas; além disso, a economia carrega em si, de modo holográfico, necessidades, desejos e paixões humanas que ultrapassam os meros interesses econômicos (MORIN, 1999).

Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios da era planetária se confrontam cada vez mais e de maneira mais inelutável com os desafios deste campo teórico (MORIN, 1999, p. 38). A união das diferentes disciplinas do saber em uma perspectiva multidisciplinar, que permita compreender melhor as relações entre os diferentes fenômenos.

Os fatos precisam ser pensados no infinito jogo de relações entre os diferentes campos do saber. A perspectiva deve ser transdisciplinar, sem qualquer holismo distorcido ou reducionismo que prejudique o entendimento dos fenômenos. O acaso, a inventividade, a criatividade, devem ser considerados em contraponto a uma lógica simplificadora. Como diz Edgar Morin, a vida é um progresso que se paga com a morte dos indivíduos; a evolução biológica se paga com a morte de inúmeras espécies; há muito mais espécies que desapareceram desde a origem da vida que as espécies que sobreviveram. “A degradação e a desordem fazem parte da vida” (1990, p. 89).

Os fenômenos desordenados são necessários em certas condições para a produção de fenômenos organizados, que contribuem para o aumento da ordem. Trata-se de verificar a importância de todos os elementos, independente de parecerem antagônicos ou complementares. Não mitificar ou hierarquizar os fenômenos em uma escala pré-concebida destinada a esse ou aquele propósito. A ciência só poderá evoluir quando perceber o papel multifacetado que deve abrigar. A própria ideia comporta a impossibilidade de unificar, a impossibilidade de acabamento, uma parte de incerteza, uma parte de irresolubilidade e o reconhecimento do frente-a-frente com o indizível. A epistemologia procura um metanível onde se possa ultrapassar a contradição sem a negar. Mas o metanível não é o da síntese acabada, esse metanível comporta também a sua brecha, as suas incertezas e problemas (MORIN, 1990a).

“Abusado” e “Cidade Partida” tentam romper com uma visão dualista que impera nos meios de comunicação. A teia de relações sociais que resultam em fenômenos como a violência é buscada nos dois livros, embora ambos não se proponham a ser conclusivos. Aparecem as

contradições e a incompletude típicas de um discurso amplo, relacionado à violência, em um campo onde vários outros discursos semelhantes se alojam. Esses discursos se assemelham pelo objeto de suas análises, embora possam ter divergências quanto à interpretação do mesmo. Dentro desse campo, pode-se fazer recortes menores, a fim de abstrair as maiores semelhanças entre os discursos.

Mas toda identidade do discurso são construções feitas através do próprio discurso, por isso, permeável e passível de movências de sentido. Quando um discurso é proferido, ele já nasce filiado a uma rede tecida por outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões. A metáfora da rede é pertinente para explicar o discurso. Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escolar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem.

A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, por que tem os furos, e não estável, por que os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos que o discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não sistêmico, o não representável (INDURSKY, 2005). A Análise do Discurso não toma o sentido em si mesmo, ou seja, em sua imanência. Não se acredita na existência de uma essência da palavra - um significado primeiro, original, imaculado e fixo capaz de ser localizado no interior do significante.

Nos livros, há uma ruptura com sentidos já consagrados pelo discurso comum que permeia a produção comunicacional dos grandes meios de comunicação. A relação entre policial e bandido não é uma simples disjunção entre lado certo e errado. Há policiais corruptos que não se contentam com salários baixos e se aventuram a ganhar propinas em tráfico. Há bandidos “vítimas” de perseguições pessoais. As fronteiras entre os dois lados não são delimitadas ou sequer existem. O contexto impede que tais separações existam. A polícia age em determinados momentos até mesmo como cúmplice do lado “criminoso”. Em “Abusado”, Carlos da Praça, primeiro chefe de Juliano VP no tráfico de drogas, queria um acerto de contas com o antigo subordinado, que havia organizado uma rebelião armada contra ele.

Mesmo prisioneiro desde em 1999, a cadeia não impediu que Carlos da Praça exercesse sua influência para financiar a organização de quadrilhas que invadiram o morro com a

missão de matar Juliano. Às vezes conseguia o apoio de policiais civis, o que dificultava a reação. (...) Enquanto a polícia atacava pela parte alta do morro para atingir a base da quadrilha, os homens de Carlos da Praça agiam pelas margens, nas ruas próximas ao acesso em Santa Marta (BARCELLOS, 2004, p. 33)

A polícia ajuda um homem acusado de ser o maior atacadista de cocaína da Zona Sul do Rio de Janeiro, dono do morro por cinco anos, desde que houvesse uma recompensa financeira depois, bem como o ódio em comum por Juliano VP, que começava a ganhar notoriedade por sua maneira abusada de conduzir a gerência do tráfico. O “lado da lei” não parece mais tão claro como alguns programas de televisão tentam mostrar, em que a polícia ganha a “aura” de herói contra um inimigo considerado “sem escrúpulos”.

A inexistência de bons salários faz com que alguns policiais procurem formas alternativas de ganhar dinheiro. Como o convívio com o tráfico é diário, muitos tentam se beneficiar de alguma maneira da prática da malandragem. Com isso, algumas brigas pessoais acabam justificando caçadas contra o crime organizado e tratamentos agressivos dado a refugiados da polícia.

Da mesma forma, o motivo da escolha pela vida do crime pode ser entendido de forma diferente a partir de histórias como a do menino do morro Pardal, de 18 anos, que prestava serviços temporários às bocas de tráfico desde os sete anos e ficou três anos na lista de espera para conseguir a função de segurança. Filho de uma faxineira e de um pedreiro, o tráfico de drogas representava o emprego que nunca teve, uma garantia de renda melhor do que a de seus pais. A opção por esse estilo de vida parece não ficar tão clara quando necessidades básicas não são atendidas ou o dinheiro não é repartido como poderia.

Outro garoto, Nein, teve sua única experiência profissional aos treze anos de idade como entregador de remédios em uma farmácia. Após tentar, sem êxito, uma vaga de auxiliar de escritório em duas das maiores empresas estatais de Botafogo, Nein disse à sua mãe que não havia conseguido o emprego por ter tirado nota baixa no índice moradia. “Quando eu respondi na entrevista que era favelado, fudeu, aí” (2004, p. 206). Nein tem recusa de emprego devido ao seu histórico de moradia. O fato de habitar uma favela tira o direito do garoto ter um emprego remunerado. Nein tenta mais tarde entrar como gandula de quadras de tênis, mas também não consegue ter sua carteira registrada e decide voltar para o tráfico. De onde nunca mais saiu.

A escolha pelo crime não foi a escolha pelo modo de vida fácil. Ao ver o tráfico como meio de ascensão social negado pela sociedade, jovens idealizam esse estilo de viver como sendo

o ideal para os moradores de um lugar esquecido pela sociedade. Se os direitos não sobem o morro, os deveres também não precisam chegar até lá.

No primeiro ano na gerência da boca, além de fiador, Juliano foi uma espécie de diplomata. Dialogava com as lideranças do morro, ouvia as queixas dos jovens do samba, contava longas histórias para os mais idosos, brincava de empinar pipa com as crianças, visitava as creches, rezava nas duas igrejas católicas, freqüentava terreiros de umbanda, participava de algumas mesas de carteados e adorava estar disponível para atender aos diversos pedidos da comunidade, sobretudo quando eles vinham das mulheres a quem confiava com mais frequência o relógio que ele dizia ser idêntico ao de Che Guevara. Muitas mulheres, dinheiro farto, poder de juiz sobre os destinos das pessoas. (BARCELLOS, 2004, p. 332)

A sedução do cargo de Juliano, repleto de poder, mulheres e dinheiro. Os garotos veem como a única oportunidade de ter uma vida digna de ser lembrada. A juventude encara como a sorte de ter encontrado a profissão que pode lhes proporcionar as alegrias que os pais não tiveram. A renda que jamais seria conquistada em um cargo formal. A chance de comandar o morro e fazer frente ao esquecimento dos outros segmentos da sociedade ao lhes “roubar” o dinheiro necessário para manter o tráfico.

Percebe-se um trabalho de Caco em retratar antecedentes e conseqüentes. Ao abordar diferentes aspectos da vida dos personagens, descrever procedimentos de tortura de policiais, explanar sobre o descaso da população para com os favelados, o jornalista vai desenhando um jogo de forças em que os papéis de mocinho e bandido não aparecem mais identificáveis como em uma perspectiva dualista. Mocinho pode ser bandido, bandido pode ser herói.

Como assinala Morin, trata-se de ver que se está, talvez, no fim de um certo tempo, e no começo de tempos novos. Quem sabe um jornalismo que possa abarcar os conflitos em maior abrangência. Uma nova epistemologia, que mostre os caminhos sem determinar hierarquias, indícios de novos tempos em que a verdade não é absoluta, mas sim uma construção discursiva que depende dos esforços do jornalista para ser desvendada em múltiplas dimensões.

6.1 – CIDADE PARTIDA

Zuenir Ventura também tenta romper com o paradigma dual que impera na sociedade. O nome do livro, embora pareça dividir a cidade em duas partes, mostra que a violência é consequência de uma relação de forças de diversos segmentos da sociedade. O certo e errado não

aparecem em lados definidos. A polícia perde sua aura de mocinho na luta contra o mal. Ainda na década de 60, o jornalista recorda a morte do bandido Cara-de-Cavalo, famoso na época por ter matado o policial Le Cocq, lendário detetive, lembrado por suas ações e ensinamentos.

O detetive tinha estratégia e pedagogia próprias. Detestava publicidade, mas supunha-se herói contra o crime. Zuenir diz que o policial começou a morrer no dia em que um bicheiro o procurou para pedir providências contra Cara de Cavalo. Este era um bandido “chinfrim”, que sempre com alguma amante, cumpria a rotina diária de recolher os pagamentos do jogo do bicho. Andava de táxi, mas obrigava sempre a acompanhante a fazer o serviço. Sequer saía da condução. Não fazia mais nada. Mas decretou sua morte ao trocar tiros com o lendário Le Cocq.

Esse tiro atingiu também o amor próprio da corporação. O mocinho havia perdido o duelo para um bandido pé-de-chinelo. Teve uma morte sem glória, cumprindo um mandado de jogo do bicho. Ele merecia uma morte mais digna. Continua Zuenir Ventura:

A perseguição a Cara de cavalo foi uma das maiores caçadas que o Rio conheceu. Cerca de 2 mil homens de todas as delegacias e divisões da Secretaria de Segurança foram mobilizados para a operação, comandada pelo delegado Sérgio Rodrigues. Quatro estados participaram da perseguição. A polícia ficou desorientada. A sede de vingança lhe tirou o faro. Houve mortes de pessoas parecidas com Cara de Cavalo, houve brigas entre policiais, muita disputa e rivalidade. (...)

Sivuca, que seria eleito deputado estadual com a plataforma “Bandido bom é bandido morto” – contariam mais tarde com prazer: “Então todo mundo atirou no bandido. Mais de cem tiros. O umbigo do cara ficou colado na parede” (1995, p. 47)

A crueldade da polícia para com um bandido que representava pouco perigo para a população é evidenciada em uma operação que deixa dúvidas se foi realizada exclusivamente devido à vingança ou se tratava de procedimento policial. O depoimento de Sivuca revela uma impiedade com os criminosos por parte dos policiais.

Zuenir mostra uma imagem diferente da polícia. Recuperando a história do Rio de Janeiro, o jornalista chama o caso do general Amauri Kruehl de escândalo precursor. “Ele não criou apenas o Esquadrão de Morte, mas também foi pioneiro na corrupção policial” (1995, p. 48). Era o protagonista de um dos maiores escândalos na história do Rio de Janeiro. Numa série de reportagens para o Mundo Ilustrado, o repórter Edmar Morel revelava, a partir da denúncia de dois comerciantes, que o chefe de polícia beneficiava-se, junto com o oficial de gabinete, o seu

filho Nei Krueel, de nada menos que nove caixinhas: jogo do bicho, lenocínio, hotéis, ferro-velho, economia popular, cartomanetes, aborto, drogas e cassinos clandestinos, como mostra um outro trecho do livro.

Todos os membros do gabinete do general Amauri Krueel eram acusados de corrupção, do chefe aos oficiais. Davi, um bicheiro conhecido na praça, acusava Nei Krueel de receber dele 10 mil cruzeiros por dia. Francisco Amoroso, um dos maiores banqueiros de bicho na época e dono de cassinos clandestinos, se vangloriava de sua amizade com Nei: “Sou tão amigo quanto o Zica”. Zica, o rei da praça de Mauá, contrabandeava livremente e arrematava todos os leilões alfandegários graças às suas contribuições regulares à polícia. (1995, p. 49)

A polícia corrupta é mostrada pelo autor e a violência parece mais enraizada nas relações sociais quando interligada entre diversos setores da sociedade. Polícia e bandido, bem contra o mal, tudo parece mais difícil de ser colocado em uma fronteira definida entre os dois campos.

A chacina de Vigário Geral é retratada no livro pelo jornalista. Toda a operação que culminou na morte de 21 inocentes é descrita por Zuenir e dificulta mais a tese de que a violência é fruto de bandidos inescrupulosos que precisam ser combatidos. Como diz Zuenir Ventura, a chacina servira para mostrar à cidade que a violência policial não era gratuita. A polícia faz parte do crime que deveria combater.

Toda essa construção encontra eco nas ideias relacionadas à Análise do Discurso, ao misturar questões diferentes e perspectivas outras ligadas ao universo de análise. Zuenir mostra que não adianta soluções que preguem a pena de morte ou prisões perpétuas para os bandidos. A sociedade está entrelaçada com o fenômeno violência em todos os segmentos. Não são as periferias que abrigam delinquentes nocivos à sociedade. Não são policiais heróicos que salvarão a população das garras do inimigo.

É necessário pensar a inter-relação entre violência e drogas em todos os âmbitos da sociedade. Qualquer abordagem sobre o assunto deve abrir espaço para o debate da função social que o tráfico e a violência vêm desempenhando. O jogo de interesses e os verdadeiros personagens envolvidos no tema. Mas, esse pensamento deve fugir aos estereótipos e tentar um diálogo com os diversos setores da sociedade e suas interações retroativas. Pensar que as partes compõem o todo, mas este também se insere em cada parte. Uma lógica sistêmica que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo. Um princípio dialógico discursivo que não exclua noções aparentemente opostas, que podem ser complementares.

7 - DEONTOLOGIA MARGINAL

Na análise de discurso, discutem-se as diferentes formas de silêncio das palavras, em que entra em questão o “tomar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar. Trata-se aqui do silêncio no sentido constitutivo da linguagem, em que todo dizer cala algum sentido necessariamente. É o silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca é dito.

Isso pode ser feito de forma intencional, pela política do silêncio, política em que se produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. É o não-dito necessariamente excluído, quando se pagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra região de sentidos.

Pode-se dizer que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis, com uma contradição implícita nas próprias palavras. Mas, nesta política do silêncio há uma interdição do dizer, como na censura. Como assinala Orlandi, é preciso não confundir analiticamente os dois modos de existência do silêncio – o fundador e o político – sem, entretanto, separá-los categoricamente do ponto de vista teórico.

O silêncio é entendido como a possibilidade do dizer vir a ser outro e acaba resvalando em um ponto chave da análise do discurso, que é a incompletude presente nos textos que interpelam os sujeitos. Ao silenciar determinada forma de produzir sentido – e, conseqüentemente, dar vazão a outras. A Análise do Discurso é contra a ideia de imanência do sentido. Não pode haver um núcleo de significância inerente à palavra, pois a linguagem da qual o signo linguístico faz parte é polissêmica e heteróclita. O signo não pode estar alienado de outros signos que com ele interagem. A linguagem está na confluência entre a história e a ideologia. Essa visão da linguagem como interação social, em que o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social.

A incompletude é constitutiva de qualquer signo - qualquer ato de nomeação é um ato falho, um mero efeito discursivo. O discurso diz muito mais do que seu enunciador pretendia. “A multiplicidade de sentido é inerente à linguagem” (ORLANDI, 1997, p. 20). Por isso, o sentido é alvo do exercício do poder, principalmente em sociedades cujos governos são autoritários. Nos

discursos oficiais, o sentido é atravessado por paráfrases, o mesmo é dito de várias formas para garantir que a monossêmia se naturalize. A Análise do Discurso mostra a relação que existe entre a produção do saber que naturaliza o sentido, com o poder que estabelece as regras da formação do referido saber. Ou seja, revela toda a trama feita no transcurso da história para que o sentido pudesse ganhar uma forma monossêmica, um status de natural.

A *deontologia marginal* vivida nos morros do Rio de Janeiro diz respeito à uma organização discursiva, de representações acerca de um modo de viver diferente, com normas de conduta adotadas por criminosos e a população local dos morros. A identificação de uma lógica própria que funciona à margem da sociedade e do próprio discurso formado pelo imaginário popular a respeito da vida nos morros cariocas. Mendigos, pedintes, vagabundos, marginais povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados através de séculos. As diferentes localidades estabelecem regras próprias de convivência, silenciadas na maioria dos discursos presentes nos meios de comunicação. Uma ética singular que sirva de orientação às atitudes que venham a serem tomadas nos diferentes lugares de uma cidade. Se em zonas nobres as pessoas vivem em condomínios fechados, coberturas de apartamentos ou mansões, nas periferias observa-se a vivência desse conceito*, demonstrando um pouco do modo de representação da realidade dos moradores dessas localidades. As pessoas convivem com normas de conduta ditadas pelos traficantes donos do morro, muitas vezes considerados os verdadeiros representantes do poder Executivo, dada à distância dos locais em relação ao poder público.

O sentido etimológico da palavra deontologia faz referência à ciência dos deveres. *Deon*, *Deontos* significa obrigação, dever e *logia* expressa conhecimento, estudo. O conceito deontologia foi criado por Jeremy Bentham em sua obra “Deontologia, a ciência da moral”. Para ele, a deontologia se aplica para as condutas dos homens que não estão escritas no Código Civil.

Outro filósofo a estudar a deontologia foi Immanuel Kant que diferentemente de Bentham inspirava-se na ideia de imperativo categórico de que uma regra de conduta só pode ser eticamente aceita se for universal, isto é se tiver validade tanto para o agente quanto para todos os outros seres racionais. O ato deve se revestir das características que sejam válidas para todos. (*apud* BUCCI, 2000).

* Termo extraído do livro “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura.

As regras de conduta variam de profissão para profissão e também de comunidade para comunidade. Analisar a deontologia marginal presente nos morros cariocas e nas periferias de todo o país pode ser um difícil processo para aqueles que não estão acostumados com a ética praticada nesses locais.

O Brasil é um país que sofre com o problema da segurança pública, principalmente no Rio de Janeiro. A violência alcança modalidades cada vez mais cruéis e perversas e o Estado em sua omissão, impunidade, corrupção é um dos maiores disseminadores do medo e da insegurança (SODRÉ, 2002, p. 7). Mas medo e insegurança não fazem parte apenas da população de classe média. As pessoas “de bem” que moram nos morros cariocas também sofrem com esses problemas. De um lado, os traficantes, do outro, a polícia corrupta. Em 1995, a cúpula da Polícia Civil do Rio de Janeiro avaliou que apenas 20% dos policiais eram confiáveis. Cinco anos depois, o Governo Federal e a imprensa chegaram à conclusão de que a polícia no Brasil tem um funcionamento semelhante ao crime organizado (SODRÉ, 2002, p. 60). A população não é conivente com o crime, com o tráfico, mas tem que ficar quieta se souber de alguma coisa para não sofrer as consequências de ser um delator ou um X-9, como são conhecidos no morro.

Zuenir Ventura analisou a deontologia marginal que percebeu no morro carioca de Vigário Geral como um sistema de regras totalmente diferente do da cidade. Há uma minoria de traficantes que domina o morro, detêm o poder. O poder militar que eles têm, além dos melhores armamentos, o poder econômico, e todo o poder financeiro, tudo isso é decorrente de um movimento intenso de dinheiro no tráfico de drogas. Em consequência, se tem o poder político também.

Então o que acontecia os bandidos estabeleciam essas regras se você não infringir, se o morador não infringir, não delatar, não desobedecer às leis e prescrições, tudo bem, ele não é incomodado. Então é mais fácil entender isso que a prática da polícia que é o braço da lei. Os caras vão lá fazer cumprir a lei, para proteger o cidadão e você se surpreende às vezes com essa polícia tomando dinheiro, invadindo, tentando violentar menina. (2004)

A forma como os policiais tratam os moradores do morro causa revolta e temor. Qualquer morador pode ter seu barraco arrombado se algum policial suspeitar que um traficante está escondido naquele local. Muitos moradores realmente oferecem abrigo a traficantes e chefes do tráfico porque simpatizam com eles e têm com isso algumas vantagens. Traficantes dificilmente

dormem a mesma noite no mesmo local e para isso chegam a contar inclusive com a ajuda da população do morro. Essa é a forma encontrada para despistar a polícia.

Não há nos grandes meios de comunicação construções de mensagens jornalísticas que levem em conta toda esta representação a respeito da violência nos próprios morros do Rio de Janeiro. E aí está uma das grandes contribuições da Análise do Discurso, que deve observar os modos de construção do imaginário necessário para concretizar a produção de sentidos. Por não negar a eficácia material do imaginário, a análise torna visível os processos de construção de um sentido que, ainda que imaginário, é necessário e indica os modos de existência e de relação com o múltiplo. Sabemos que essa dispersão dos sentidos e do sujeito é a condição de existência do discurso, mas para que ele funcione, ele toma a aparência da unidade.

Com a omissão do Estado, chefes do tráfico que se preocupam com o bem-estar da comunidade onde moram ganham o respeito da população e também sua ajuda. Segundo Zuenir, Flávio Negão diz que a população gosta muito dele. “Lembra que logo depois da chacina mandou repor, na rua principal, as trinta lâmpadas quebradas pela PM” (1995, p. 107). O traficante atua como o homem que representa a lei na favela de Vigário Geral.

Às onze horas, alguém avisa:” Olha lá, os caras já chegaram”.(...) A PM lá em cima como se estivesse numa torre tomando o comando de um campo de concentração, os traficantes ali ao lado do orelhão, armados(...) Todos são revistados ao entrar ou sair. Nessas ocasiões, as agressões policiais são comuns. A adolescente negra, bonitinha, que há pouco interpretava um dos papéis principais na peça do Teatro do Oprimido, foi bolinada na véspera quando era revistada. (1995, p.65)

Um dia, a prefeitura apareceu na favela e apresentou um plano de socialização ao diretor da Escola de Samba local. O prefeito César Maia queria implantar uma experiência inédita em várias comunidades: cursos de dança, de DJs, de coreografia para funkeiros. Por interferência de Manoel, representante do poder público, Vigário Geral e Parada de Lucas foram incluídos no projeto. Ari da Ilha não fora avisado antes, e, quando os três homens da prefeitura lhe explicaram o plano, ele disse:

- Ta bom, vou consultar o *Homem* e depois dou a resposta.
Por inabilidade ou desinformação, os funcionários públicos se impacientaram:
- Que homem?! O prefeito já autorizou o plano.
Seu Ari olhou para os três, e dessa vez falou pausado, ele que fala aos trambolhões:
- O prefeito de vocês é um; o meu é outro. (1995, 175)

Outro aspecto deste código de ética foi percebido logo por Zuenir Ventura quando esqueceu o carro aberto no morro e um morador pediu que ele ficasse tranqüilo porque ali ninguém roubava. Durante a entrevista com Flávio Negrão trouxe esse episódio para a conversa e este foi categórico em dizer:

(...) - Ninguém mexe não. Da localidade, ninguém mexe. E de fora também não. Porque eles sabem como é que a gente é. Tem umas duas semanas roubaram da minha Kombi. Mas quem que foi? Foi polícia que roubou, o vigia viu. Quebraram o vidro e apanharam o rádio. O problema é a polícia “(1995, p. 206)

Há uma série de efeitos de sentido trabalhando, todos silenciados pelo discurso presente nos meios de comunicação. Falar em efeitos de sentido, aliás, é aceitar que está sempre neste jogo, na relação destas diferentes formações discursivas (retiradas do silêncio pelo trabalho dos livros-reportagem), na relação entre diferentes sentidos. Daí surge a necessidade do equívoco, do investimento em um sentido – e onde opera o silenciamento. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido, ou seja, a formação discursiva produzida pela grande mídia implica uma outra, ausente, mas explicitada em parte no livro de Zuenir Ventura.

7.1 - ABUSADO

Abusado relata diversas singularidades existentes nas relações entre criminosos e/ou sociedade. De maneira mais abrangente, essa deontologia marginal aponta indícios de como funciona a vida nos morros cariocas e do Brasil. Histórias de vida que acentuam as diferenças culturais entre o pessoal do morro e do asfalto. Como exemplo disso, Caco contextualiza os “mutirões” realizados pelos moradores do bairro de Santa Marta na “arquitetura” do local.

Em 1940, os barracos de Santa Marta abrigavam dezenas de famílias vindas do interior fluminense e também de ex-escravos de Minas Gerais. O Rio de Janeiro tinha então menos de 100 favelas, com cerca de 140 mil pessoas, em sua maioria migrantes. Em 1960, esse número já chegava a perto de um milhão de pessoas.

Os migrantes erguiam seus barracos na parte mais alta dos morros, para fugir da vigilância dos guardas-florestais que expulsavam quem derrubasse árvores para construir moradias. A perseguição só acabou quando a Igreja Católica se tornou aliada da favela, com o bispo auxiliar

da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara. O religioso defendia a fixação das favelas, levando os benefícios da urbanização aos seus moradores.

As capelas deram força para a fixação da favela e muitas vezes abrigaram trabalhadores nordestinos sem teto que buscavam emprego nas construtoras dos prédios de Copacabana. Além disso, a igreja incentivava as primeiras obras coletivas do morro.

A água potável da rede pública também só chegou à Santa Marta, em 1960, por influência de Dom Hélder Câmara. Ele buscou apoio externo e se envolveu pessoalmente na construção de um reservatório da capela do pico do morro (...) Os pais de Juliano, Romeu e Betinha, nessa época um jovem casal em início de casamento, ajudaram a formar um dos grupos de mutirão como amigos e também nordestinos (...) eles participaram do esforço coletivo para carregar o material de construção no ombro e assentar tijolo por tijolo na grande obra do reservatório, uma caixa de alvenaria com capacidade para 200 mil litros d'água (...) Pronto o reservatório, num clima de euforia, os próprios favelados providenciaram a construção de uma rede de distribuição de água pioneira, numa *ação coletiva que envolveu trabalhadores, desocupados, malandros e bandidos na obra de maior orgulho da história de Santa Marta* (grifos nossos). (2004, p. 67)

A influência histórica da ala progressista da Igreja Católica se revela na religiosidade dos bandidos do morro, capazes de interromper determinadas ações para servir aos preceitos e palavras de Deus. Mas além da influência da Igreja na construção do local, a citação mostra a solidariedade em nome de um bem comum: a melhoria da favela. Integrantes do tráfico e população local se aproximam para tornar o lugar em que moram mais agradável. A falta de políticas públicas e a consciência de que uma mobilização se faz necessária, faz com que os criminosos do local tratem os demais como iguais.

A deontologia marginal não interfere no andamento de melhorias da favela. Se as intervenções existirem, é porque os criminosos julgam que o caminho mais interessante de um projeto não é aquele que está sendo tomado. Ao se unir aos moradores de Santa Marta, bandidos e desocupados se reúnem para melhorar o local. Se há uma ideia de tornar Santa Marta um lugar mais agradável de se viver, os bandidos não irão impedir os andamentos de um projeto. Ao contrário, as tarefas realizadas são as mesmas das dos demais, independente dos cargos que os traficantes possam ocupar na gerência da boca.

A lógica de poder no morro de Santa Marta aponta a autonomia do chefe do tráfico na solução dos problemas que a favela enfrentava. Na ida de Michael Jackson ao morro em 1993 na

gravação de um vídeo-clipe, o lugar acusticamente ideal para a gravação era uma igreja evangélica. Porém o pastor do local era contrário a este evento.

As equipes de gravação tiveram um primeiro contato com o presidente da Associação dos Moradores na época, José Luís de Oliveira, que prometeu providenciar as facilidades que fossem pedidas. Mas, quando apareceram problemas, o pessoal percebia que ele sempre recorria ao dono do morro na época, Juliano VP, que interferia quando julgava necessário.

- Qual o problema é qual a solução, mermão? – perguntou Juliano ao pastor da igreja.
- Os problemas são as normas da Igreja, esse tipo de música pra nós não pega bem – respondeu o pastor.
- E a solução? – perguntou Juliano.
- É a que você quiser – respondeu o pastor, (2004, p. 334)

A situação mostra o poder de Juliano, capaz de fazer o religioso do local deixar em segundo plano suas crenças em nome de uma harmonia motivada pelo medo. Juliano arranjou alguns barracões em aprovação ao respeito que o pastor lhe impusera ao agir daquela maneira. Uma norma de conduta em que a palavra final é sempre dada pelo mais poderoso.

Poder que causava predominantes receios em Juliano. Vida de bandido requer cuidados nunca considerados excessivos. Uma simples caminhada pode significar a emboscada fatal. A polícia sempre pode aparecer escondida em alguma moita ou atrás de barracos e árvores. Práticas que primam pelo medo de eventuais armadilhas são consideradas necessárias pela deontologia marginal. Jamais esquecer do perigo que a vida criminosa traz consigo, nem mesmo em uma caminhada.

Depois de uma semana sem aparecer na rua durante o dia, Juliano saiu do barraco onde estivera escondido com Veridiana animado e confiante. Mas logo achou que a descida cheia de curvas do beco da Boa Fé estava deserta demais para uma tarde de domingo. Ele tinha por hábito imaginar alternativas de fuga enquanto caminhava. Dessa vez, passou os olhos pelo valão do esgoto, depois pela janela aberta de um barraco e calculou que poderia subir até a laje e correr para os lados de dona Virgínia, área de concentração da quadrilha nesses dias. (2004, p. 356)

Uma falta de tranquilidade constante na vida de quem impõe as regras no morro de Santa Marta. A deontologia marginal destaca que a medida que o poder de um criminoso aumenta, cresce sua intranquilidade também. O medo é constante dada a periculosidade do cargo que se

ocupa. O mito da “vida fácil” encontra barreiras na descrição de Caco Barcellos da impossibilidade de Juliano VP poder ter pequenos prazeres diários de vez em quando.

Decisões que podem envolver vidas de pessoas. No morro do Santa Marta, havia os chamados “Tribunais de Sangue”, em que os bandidos donos do morro decidiam o destino de pessoas em julgamentos que culminavam muitas vezes com execuções sumárias.

Os tribunais que ajudaram a consolidar, pelo medo, o poder do trio (Juliano, Claudinho e o irmão, Raimundinho) na gerência do morro. Homens indisciplinados e suspeitos de colaborar com a polícia (o ódio aos informantes pode ser considerada a primeira regra da deontologia marginal) ou com quadrilhas rivais estavam na mira principalmente de Raimundinho. As sentenças tornaram-se cada vez mais imprevisíveis e cruéis. Mesmo os absolvidos não escapavam do espancamento em lugares públicos. Podiam ser surrados a socos, pontapés, pauladas e estocadas. Os casos de decisões extremas ganharam o pico do morro como base para torturas e fuzilamentos. A ideia dos tribunais de sangue dava aos donos do morro a legitimidade de juízes, capazes de discernir o que é o certo e o errado com clareza. Mas, a abundância de poder muitas vezes cegava os traficantes.

Uma implicância sem fundamento ou a necessidade de provar o seu poder de perversidade também eram motivos para Raimundinho multiplicar os tribunais. Ele chegou a executar uma mulher de 50 anos, Irana, apenas para competir com os carrascos do morro Cerro Corá, gerenciado pelo amigo Bruxo, que havia matado uma adolescente chamada Choquita. Raimundinho soube que o corpo dela fora esquartejado em trinta pedaços, postos dentro de uma mala e desovado em um caminho no meio da floresta, ligação do Cerro Corá com a Santa Marta. Dias depois fez a mesma coisa com Irana, que ele alegou ser informante dos inimigos (2004, p. 220)

Prova do autoritarismo que a deontologia marginal pode cometer, os tribunais já eram prática comum, nos anos 90, nos morros cariocas. Mas em Santa Marta só começaram a ser postos em prática quando o trio Juliano, Claudinho e Raimundinho estava no comando. Se um dos três gerentes estivesse no local dos julgamentos, era recomendável aos passantes cumprir um ritual de reverência: olhar para o altar e fazer o sinal da cruz no peito ou na testa, sob pena de levar bronca ou até mesmo sofrer agressão.

Outro importante aspecto da deontologia marginal é o número de parceiras que os criminosos possuem. Diferentemente do convencional paradigma marido/mulher que é difundido pela sociedade, nos morros, os bandidos possuem várias namoradas sem se preocupar em

constituir família especificamente com alguma delas. O compromisso com as mulheres que os bandidos têm um filho se resume a uma pensão. Muitas vezes, eles sequer acompanham o crescimento das crianças, dada condições como o medo de que algo possa acontecer com os filhos e a impossibilidade de ficar perto dos familiares por conta de assuntos pendentes com o crime organizado.

Não há fixação por uma parceira ideal e as mulheres admitem a divisão do “marido” desde que lhe sejam atribuídas características que as distingam das demais. Por outro lado, não se admite traição de uma das mulheres ao homem que aceitaram dividir pacificamente. Traído por uma das mulheres, de nome Marina, cujo amante trabalhava como policial, Juliano resolveu voltar de uma ausência no morro só para esclarecer esse assunto. Junto de diversos amigos, o criminoso parou na frente da casa da namorada, que confirmou a história da traição. A reação de Juliano decepcionou a todos.

- Caralho! Tu é bem corno mesmo, hein, Juliano? Tua vai quebrá essa putana, não, homem? (...)

Para os homens que desejavam vingança, restava a esperança de um duelo inevitável. Não iria demorar muito para os caminhos de Juliano e Josefino se encontrarem (...) Mas a prioridade de Juliano era outra. (2004, p. 389)

Regras marcadas pela singularidade das práticas de criminosos perante as adversidades que a vida os coloca. O mesmo bandido que contribui em um mutirão e pensa na melhoria da favela pode sentenciar a morte de um morador do morro por mero capricho ou qualquer outra motivação de caráter irrelevante. Um código de conduta que privilegia as ideias que os criminosos têm acerca da vida. Novas regras aplicadas em um contexto que pede mudanças de atitudes dada as circunstâncias de exclusão que não dão mais voz aos moradores das periferias.

Deontologia usada para orientação de um grupo de pessoas que não encontram espelho nas normas que a sociedade havia imposto até então. As regras *são* cumpridas por eles, independente das normas do restante da sociedade. As regras parecem fazer parte da vida deles. Marginal, mas uma deontologia que cumpre o papel de legitimar as ações de um segmento da população. Medo e respeito que fazem com que os moradores sigam as regras e façam com que a deontologia seja respeitada por todos.

Toda uma produção discursiva silenciada pela grande mídia, de forma a evitar que as pessoas possam se debruçar sobre os efeitos contraditórios presentes na produção de sentidos e na relação entre o dizer e o não-dizer. Toda esta reflexão mostra que, embora os sentidos já circulem

antes da existência dos indivíduos, os sentidos nunca estão já lá, mas podem chegar de qualquer lugar e se mover e desdobrar em outros sentidos, como a deontologia marginal, funcionando à margem da sociedade.

8 – POTENCIAL NARRATIVO

A frase do crítico russo Tzvetan Todorov “Contar é igual a viver” (1979, p. 129) atribui às narrativas o potencial de criar vidas, apresentar histórias verossímeis capazes de levar ao leitor a aspectos vitais do universo. Contar histórias e passar experiências aos outros é sinônimo de vida. As idéias de Benjamin serviram como base de estudos para diversos teóricos da comunicação sobre a narrativa. O jornalista Ciro Marcondes Filho problematiza a capacidade do receptor em recontextualizar os fatos diante das informações que recebe. Os meios de comunicação tornaram-se a teia, o sangue circulante, a matéria estruturante das relações sociais; “a alma deste século” (1999, p. 4).

Ciro Marcondes Filho encontra em Benjamin a ideia de uma crise da recepção produtiva, pois segundo ele, as pessoas já não conseguem mais reproduzir plenamente o que vivenciaram, perderam a capacidade de verbalizar experiências na medida que um sistema (de comunicação) assumiu a prática do relato. Com isso, “os homens se desabilitaram dessa atividade e neles se atrofiou a capacidade narrativa. E surge uma nova cultura, “uma cultura de delegação da transmissão cultural aos meios técnicos”. (1999, p. 5) A vida significava para o homem um acontecimento excepcional, diferente da existência indiferente dos animais e de outros seres vivos: era algo que significava um conhecimento, uma experiência, um saber que precisava ser repassado.

A história do contar e do ouvir acompanhou a civilização pelo menos até o advento dos impressos em massa. Com a inovação tecnológica do século 19, a humanidade se viu diante de uma objetivação do relato, de uma despersonalização na narrativa e da subsequente subtração do agente humano no processo de transmissão de saberes. Livros, jornais e revistas tornaram-se os recicladores do conhecimento, que, assim, deixou de lado todos os componentes subjetivos da transmissão, tanto seus erros e imperfeições quando seu toque individual, particular, humano. Com isso, como relata Benjamin, a capacidade de ouvir atentamente foi se perdendo e perde-se também a comunidade dos que escutam. (MARCONDES FILHO, 2004, p. 2)

O avanço de publicações em massa introduziu nas sociedades do século XIX uma mudança na forma de perceber o mundo. Perceber o mundo por meio do ouvir é diferente do perceber o mundo por meio do ver. O ouvir, assim como o ler, o sentir o gosto, o olfato, o tato são formas de internalização do mundo, maneiras de o universo circundante entrar em nós: nós o

bebemos, o consumimos, nós trazemos para dentro da nossa experiência interior e isso provoca seus efeitos de choque e de adaptação.

A crise da produção narrativa e de sua recepção podem fazer com que as relações sociais fiquem estáticas. O diagnóstico do jornalista Cláudio Tognolli em “A Sociedade dos Chavões” ilustra o processo de produção de textos jornalísticos na sociedade pós-moderna. O uso de expressões-clichê está roubando o sentido racional das palavras em um texto e prejudicando a construção de sentidos por parte dos receptores. Na simbolização, o ser humano consegue antecipar formas determinadas de interação, manter a independência social e, a partir do símbolo, comparar as diferentes formas de interação e reconhecer situações. Ao reproduzir o pensamento em linguagem, o homem se enriquece e, ao mesmo tempo, enriquece o processo social. Simbolizar é cumprir o papel da união entre a consciência humana e o comportamento perante a sociedade.

Nessas atuais condições de produção, as palavras dão respostas imediatas a cada jogo, a cada interação, e ignoram que essa palavra passe, necessariamente, pelo processo do pensamento. O reinado dos chavões jornalísticos é, portanto, “o principado do simulacro, visto como perversão ou desvio dos modelos” (2001, p. 21). Os chavões da linguagem são uma representação pobre daquilo que poderíamos ter vivido e que poderia ter sido simbolizado de maneira mais rica. No mundo desses chavões, as formas fixas de linguagem são, portanto, de pensamento.

A preocupação, portanto, é que o uso de formas fixas de linguagem vá aos poucos colonizando o relacionamento. O sentido de algo, de um objeto, de uma afeição, vai sendo experimentado mais de uma vez. E, nesse processo, todos os sentidos que nos rodeiam em concurso com o real vão erigindo a nossa representação de mundo (...) Os chavões, corporificados em forma econômicas e rápidas, são a ossatura de uma linguagem, sem simbolização. Trata-se da tese segundo a qual o caráter humanista da criação pela linguagem vai sendo derrubado. (2001, p. 33)

Tognolli identifica que a grande imprensa usa expressões como “a ferro e fogo”, “com a mão na massa”, “água mole em pedra dura” e outros chavões e máximas que ganham espaço nos relatos jornalísticos e empobrecem a descrição das relações sociais. As palavras ganham a forma de “senhas” com validade apenas se usadas corretamente.

Edgar Morin atenta para o uso de “palavras-mestra”, que de tantas vezes repetidas, acabam perdendo o seu sentido de simbolização. Palavras como “capitalismo”, “comunismo”,

“fascismo” são pronunciadas inúmeras vezes e mistificam o seu sentido. A palavra carrega uma dimensão ideológica que se torna mais forte que sua simbolização. A mídia faz uso de termos de forma tão intensa e massiva que não se explicam mais por si só, dado o uso corrente e inapropriado das palavras. O ideal da comunicação da mídia é buscar outras formas de narrar ou partir na aventura de desmistificar palavras que não vão além na construção de sentidos. (MORIN, 1986).

O crítico russo Todorov idealiza uma narrativa primordial, com uma lei estética que deve ser seguida. A verossimilhança e a unidade de estilo devem ser buscadas a fim de que exista a fluência por parte da recepção (1979, p. 106). O uso de personagens traz para o texto pessoas multidimensionadas. Silvano Santiago aponta que o novo narrador, considerado pós-moderno, é aquele que quer extrair de si a ação narrada, em atitude semelhante à de um *repórter* ou espectador.

O narrador se subtrai na ficção narrada e, ao fazê-lo, cria um espaço para a ficção dramatizar a experiência de alguém que é observado e muitas vezes desprovido da palavra (2002, p. 44). O importante a ser observado é que as considerações iniciais de Walter Benjamin apontaram a necessidade de um repensar na capacidade narrativa do jornalismo e da literatura, vistas como formas empobrecidas de descrever os fatos. A “pobreza de experiência” da qual a sociedade padece e precisa ser mudada. Como diz Edvaldo Pereira Lima, propondo narrativas de transformação:

O jornalismo, na maioria dos casos, usa a sua exuberante tecnologia narrativa (...) apenas para retratar o real tal como os veículos de comunicação unilateralmente enxergam. A desculpa-chavão é a de que o jornalismo mostra em demasia o lado podre da sociedade porque a sociedade está podre. Esta é a condição reativa, de uma postura simplesmente passiva diante dos fatos, vindo a reboque dos acontecimentos. (1995, p. 86)

O repórter deve sair com o gravador e caderno debaixo do braço e, sobretudo, com a mente aberta para reportar as histórias em textos que possam se aproximar dos fatos e possibilitar uma construção de sentidos mais abrangente. Quanto mais polifônica a narrativa, mais próxima desse objetivo ela estará. Sabe-se da impossibilidade de contemplar os fatos em sua plenitude, mas deve-se saber igualmente da valorização da multiplicidade cultural, favorecendo o diálogo pluralista entre os diversos personagens sociais. Como aponta Chaparro, essa posição deve

“marcar os comportamentos e as ações sociais derivadas dos atos comunicativos do jornalismo que realimentam o processo social, provocando transformações nos cenários de atualidade e da ordenação ética e moral da sociedade” (1994, p. 116).

Segundo Cremilda Medina, a contemporaneidade, tal quais as percepções, traduzem em narrativa, oferece inúmeros desafios não só ao cidadão nela situado com relativo conforto, como ao que carrega o fardo da marginalização de qualquer origem – social, técnica, cultural ou religiosa. “Enunciar um texto que espelhe o dramático presente da história é, a princípio, um exercício doloroso de inserção no tempo da cidadania e da construção das oportunidades democráticas” (2002, p. 48). O jornalista assume, assim, o papel de agente cultural. Como diagnostica Cremilda:

Os problemas da arte de tecer o presente provêm de múltiplos focos. Por um lado, a crise da modernidade afeta diariamente as gramáticas racionalizantes que informam o jornalismo e a comunicação social; por outro lado, as megaoperações da cultura industrializada põem a nu a má distribuição de renda simbólica; por outro lado ainda, a crise da percepção coisifica a consciência humana e perturba profundamente as visões de mundo que se presentificam nas narrativas”. (2002, p. 49)

Ao escrever o relato contemporâneo sobre determinado objeto motivador, a maioria das pessoas responde com uma descrição esquematizada e partitiva, permeada de juízos de valor. A mínima parcela se permite a um voo original que transcende o explícito e o apreensível segundo os estereótipos mentais. Deve haver um desejo de aperfeiçoamento para a vida, em que os mediadores sociais se desloquem da passividade da técnica para a ação complexa, solidária e inovadora no ato de relação com o outro e com o mundo

As condições de produção dos dois livros permitem uma maior riqueza de detalhes possível por conta da preocupação dos dois autores em realizar uma reportagem diferenciada, que possibilite ao leitor uma construção de sentido menos pronta, passível de ser reinterpretada e problematizada sob diferentes aspectos. O discurso presente nas duas obras permite uma série de abordagens outras que não são conclusivas, mas permitem uma relação mais integrada entre outros níveis discursivos. Barcellos e Ventura fazem uso de uma narrativa mais fluente, com condições de ser mais abrangente, permitindo ao leitor dialogar com os outros níveis discursivos presentes em cada um.

8.1 - ABUSADO

Histórias como a do missionário Kevin, da morte de Nein, da chegada de Juliano na cadeia do Rio de Janeiro, reproduzidas no livro “Abusado”, apontaram para Caco o caminho da estrutura de romance para o livro, o que lhe pareceu a melhor maneira de aproveitar o volume impressionante de diálogos presentes nos depoimentos. “Apenas para registrar o relato do início da amizade de Tênis e Nein, foram horas de gravação” (2004, p. 466).

A estrutura adotada por Caco Barcellos em forma de romance mostra um narrador onisciente, capaz de captar o fluxo de consciência dos personagens que aparecem nas páginas dos livros. Os detalhes dos lugares, os sentimentos dos envolvidos, os movimentos dos personagens, tudo é descrito por Caco. Ao ouvir as histórias de vida dos personagens, o jornalista procurou cruzar as versões com documentos de arquivo.

Segundo ele, é possível que as histórias dos moradores sejam mentirosas ou exageradas. Por isso, ele procurou checá-las cruzando depoimentos com consulta de fontes formais (arquivos de jornais e TV, inquéritos policiais, processos na justiça, cartórios de registros civis). Foi a parte mais trabalhosa do livro, que consumiu duas férias, todos os finais de semana e três anos de dupla jornada, dividida entre livro e TV. Nesse tempo, Caco procurou não se desviar de seus objetivos: contar a história da quadrilha pela ótica dos moradores do morro e dos criminosos. A maior recompensa, segundo ele, “independente do resultado, foi a conquista da confiança” (2004, p. 467). Indispensável para a natureza da investigação, ela obrigou Caco a tomar a atitude de omitir nomes, mesmo contra a vontade de muitos. Para não mutilar os fatos, optou pela exposição de nomes de guerra ou codinomes. O mesmo critério foi usado para os policiais, honestos ou não, e para os trabalhadores envolvidos com o tráfico, contrários ou a favores. Por mais que ele tenha sido alertado sobre as possíveis implicações legais, ele julgou que era seu dever minimizar os danos, sobretudo contra aqueles que, estimulados pela idéia de ter um livro sobre eles, sem qualquer forma de juízo, “foram seduzidos pela arte de contar as histórias de suas vidas” (2004, p. 467)

Na forma de romance, Caco adotou Juliano VP como protagonista. Ele é o homem que faz toda narrativa do jornalista. A descrição de detalhes operacionais, modos de vida, sentimentos, é minuciosa, com fluxos de consciência e observação participante, dois recursos muito usados em jornalismo literário de livro-reportagem.

Era a cela mais quente do presídio, daí o apelido Havaí. Um retângulo de oito metros quadrados, com dois de largura e quatro de comprimento, onde estavam amontoados 28 detentos, 29 com Juliano. A única ventilação vinha de uma abertura estreita e gradeada no alto da parede do fundo. Antes do carcereiro abrir a porta feita de barras de ferro paralelas, ele sentiu o cheiro de suor e urina que vinha lá de dentro.(...)

Já sabia que a chegada ao xadrez era sempre um momento tenso, imprevisível, cheio de ameaças subliminares, mas Juliano estava confiante na receptividade. Sempre ouviu dizer que quem era odiado pela polícia tinha respeito dobrado na cadeia. Por isso acreditava que as marcas de tortura por todo o corpo seriam a melhor credencial, dispensariam outra forma de apresentação. (...)

Dormir encostado na parede era um “privilégio”. Quem conquistava esse espaço dormia com alguém encostado apenas em uma parte do corpo. E durante a madrugada não era pisoteado por aqueles que se obrigavam a caminhar sobre os companheiros para chegar até o banheiro. Por isso, a parede era sempre reservada ao chefão. (...) (2004, p. 163)

A riqueza de detalhes no trecho evidencia o processo de apuração que Caco se lançou para poder traçar um panorama da vida de Juliano e de seus amigos do Morro da Santa Marta. A descrição arquitetônica da cela é feita de maneira cirúrgica. O apelido da cela é explicado; as medidas das paredes; o número de detentos; a descrição da única ventilação; a porta e as barras paralelas. Caco tenta explicar os detalhes de maneira ao leitor poder visualizar com a maior riqueza de dados possíveis. Como em um romance, o ambiente é criado para a atuação dos personagens.

A chegada de Juliano ao xadrez deixa o narrador cogitar sobre os pensamentos e sentimentos que o recém-prisioneiro poderia sentir no momento da entrada ao xadrez. “Juliano estava confiante”, diz parte do texto. Caco adota o fluxo de consciência, baseado em suas conversas com o traficante, para poder traçar um perfil psicológico do personagem com a maior verossimilhança possível. A organização na cela, o lugar do chefão, tudo é descrito em seguida. Com isso, o jornalista traça um painel de como funciona o sistema penitenciário no país. A superlotação, a hierarquia, o medo dos novatos, as provações necessárias para poder se adaptar.

Em outro trecho do livro, Caco Barcellos descreve a morte de um membro da quadrilha de Juliano. A história é o mote do capítulo final de “Abusado”, intitulado “Nein”. Barcellos tenta descrever todas as ações antecedentes e as primeiras providências consequentes da morte do adolescente que se iniciava no crime como avião (função exercido por quem transporta a droga das bocas).

O Águia tinha se aproximado do morro por trás da montanha. Bem perto da Pedra do Xangô, o piloto desacelerou o motor para diminuir ao máximo o ruído. Só depois de contornar a grande pedra voltou a acelerar. Os atiradores estavam nas portas laterais abertas. Sentados sobre chapas de aço blindadas, com as pernas para fora, portavam fuzis de longo alcance. Os alvos dos primeiros disparos foram os meninos que corriam para todos os lados do Tortinho. (...)

Todos correram em direção ao beco que levava à área dos barracos, menos Nein, o primeiro a ser ferido. Nenhum amigo parou para socorrê-lo. Os adultos que estavam sob a rocha, com as armas desmontadas, não tiveram tempo de reagir. (...)

Nein perdeu o equilíbrio algumas vezes nas escadarias. Bastante machucado e sujo de sangue, parou em frente ao barraco de endolação. Bateu na porta, bateu na janela, mas nenhum dos amigos estava lá dentro.

Outros tiros acertaram o corpo de Nein quando ele estava quase chegando no ponto de venda de drogas. Alguns amigos acompanharam a perseguição pelas frestas dos barracos. Todos acharam que Nein queria morrer perto deles. Naquele dia, os vapores estavam concentrados no meio da praça Raimundinho, onde Nein acabou de ser fuzilado. (2004, p. 553)

A captação de Caco permite uma estrutura narrativa que se aventura a descrever um grande número de aspectos envolvidos em um conflito. A morte de Nein, que poderia ser descrita em uma pequena nota de jornal, ganha um relato em que o vôo do helicóptero é descrito; a fuga do menino e sua tentativa de morrer perto dos amigos; os espectadores em sua inércia obrigatória, sem nada poder fazer contra o arsenal aéreo que fuzilava os moradores que não conseguissem estar em lugar seguro.. A história apresenta personagens, com suas ações e reações. O ambiente, os movimentos, os sentimentos.

O que Silviano Santiago (2002) chama de “olhar pós-moderno” pode ser transposto no relato de Caco Barcellos. O autor se subtrai à ação, privilegia o outro e se limita a descrever os acontecimentos. É um tipo diferente do narrador clássico apontado por Benjamin. Não há conselhos, mas aparecem as marcas de tradição de um povo de determinado lugar, no caso, a favela de Santa Marta.

Ao privilegiar seu olhar sobre o outro, Caco Barcellos se subtrai à ação narrada, mas sua onisciência revela uma captação elaborada minuciosamente. As experiências de Barcellos não são relatadas nas duas primeiras partes do livro, mas através do olhar sobre o outro, Caco consegue mostrar as experiências do repórter nas entrevistas de histórias de vida.

Caco traça uma visão onisciente dos moradores do morro da Santa Marta. Reproduz inclusive sons de metralhadoras em onomatopéias, além de usar travessão em diálogos que revelam personalidades mistificadas e pessoas excluídas por segmentos da sociedade. Conservar a fala dos criminosos retratados no livro lhes garante a voz muitas vezes perdida pelo pouco espaço que conseguem na mídia.

- Isso é um absurdo, Júlia! Teu filho tem razão – disse Juliano
- Mas, Juliano, o namorado é meu, não é dele – ponderou Júlia
- Ele é teu filho. Tem obrigação de te protegê dos bandido – disse Juliano
- E por acaso meu filho também não é bandido? – perguntou Júlia.
- Por isso mesmo! Ele sabe do perigo que a mãe dele vai corrê! Você não veio no morro pra tirá ele dessa vida?
- Agora quem quer ficar sou eu.
- Pois é, quem te viu e quem te vê.
- Nunca tive um homem assim na minha vida, Juliano.
- Mas o Tá Manero é casado, Júlia. (2004, p. 320)

O diálogo entre Juliano e Júlia, mãe de Rebelde, amigo de quadrilha de Juliano, revela a consciência de Juliano sobre o seu ofício. Júlia é mulher de classe média, que subiu o morro para acompanhar o filho na nova vida. Conheceu um cara casado, gerente de uma boca em Santa Marta. O filho era contra o relacionamento pelo fato dela estar com um criminoso, independente dele também o ser. O diálogo revela algumas das preocupações de Juliano, capaz de enxergar o perigo de uma mulher da classe média se envolver com ele. As diferenças de classe são postas em xeque quando um “mentor” do crime aparece para aconselhar alguém a não se envolver com um semelhante.

A chegada de Júlia no morro serve para Caco Barcellos mostrar as diferenças existentes entre as classes sociais. O olhar sobre o outro é ressaltado na falta de olhar da classe média sobre as demais classes. As fronteiras são delimitadas em muros altos ou condomínios fechados e a falta de conhecimento mistifica o olhar dos morros cariocas pela comunidade residente em Copacabana ou Leblon.

O jornalista apresenta algumas dessas fronteiras nas falas e descrições dos moradores. Ao acompanhar de perto e ouvir os relatos dos mesmos, Caco Barcellos trouxe as vivências de muitas pessoas e refletiu sobre a atual situação da vida dessa comunidade. Ele deu voz aos excluídos de uma comunicação cada vez mais autoritária em seu processo de produção.

Na terceira parte do livro, “Adeus às armas”, Caco busca legitimar as informações contadas até ali ao acentuar a relação entre jornalista/fonte. O jornalista aparece como interlocutor para VP mostrar sua personalidade. O primeiro diálogo entre Caco e Juliano evidencia esse aspecto:

- Tenho uma proposta. Quero que você faça um livro sobre a história da minha vida (diz Juliano).
- (...)

- O problema de um livro desse é a consequência da notoriedade.
- Não entendi.
- Como você prefere ser chamado? De traficante, de criminoso...
- Bandido. Bandido!
- Lembra do Lúcio Flávio, do Meio-Quilo, do Bolado, do Brasileirinho?
- Lembro. Lembro.
- E o que acontece com os bandidos no Brasil quando ficam mais conhecidos? Alguns são presos e tudo bem. Mas muitos são mortos. Não quero ser instrumento da morte de ninguém. (...) Minha contraproposta é um livro sobre a tua quadrilha inteira, acho que a sociedade precisa conhecer melhor a vida de vocês.
- Isso dá mais que um livro. Dá vários!
- Topo fazer um!
- Mas por que não sobre minha vida? Tenho muita história, cara. Quero que um dia meu filho ponha na idéia que esse bagulho do tráfico é foda.
- Que idade ele tem?
- Doze, tá na idade foda!
- Você tem medo que ele siga o exemplo do pai?
- Muito, muito. Isso não pode acontecer de jeito nenhum. (2004, p. 460)

O diálogo revela mais aspectos da personalidade de Juliano, preocupado com a possibilidade do filho seguir os passos do pai. Um livro que servisse de lição de como é inseguro e inconstante o caminho do crime nas palavras de um dos gerentes do tráfico de drogas do Rio de Janeiro.

Em “Abusado”, há o romance-reportagem de Juliano VP e sua quadrilha, ambientada no Rio de Janeiro das décadas de 80 e 90. Jornalista com experiências para relatar, Barcellos não se contentou com a cultura de vidro em que tudo é dado. O império do descartável. Ele aproximou fronteiras intransponíveis nos dias de hoje, em que leitores podem conhecer melhor um estilo de vida que continua a ser ignorado por grande parcela da sociedade.

8.2 – CIDADE PARTIDA

Impressões em primeira pessoa que privilegiam a visão do autor sobre os diversos aspectos tratados no livro. É assim que Zuenir Ventura trabalha com uma narrativa jornalística que acentua a captação realizada com observação participante.

Os diálogos em Vigário Geral são travados entre autor e personagens. Descrições e analogias feitas por Zuenir traçam perfis de personagens. Intervenções e descrição de pensamentos dão à narrativa um aspecto ágil, em que há uma “humanização do narrador”, cujas ações e pensamentos são descritos no livro.

Um diário de impressões de um jornalista acerca de um ambiente novo para ele, rico em personalidades, capaz de suscitar as mais diferentes idéias. Sentido que é reconstruído, pois não se sustenta mais em teses pré-concebidas. Zuenir retrata suas impressões ao chegar em Vigário Geral. Logo de início, o jornalista é interpelado por um grupo de crianças e não consegue se sentir à vontade ou mesmo se desvencilhar dos meninos.

A avidez com que abraçam, beijam, apertam o visitante incomoda. Naquele mundo carente, a carência maior é com certeza afetiva. Para alguém que só gosta de crianças à distância e nunca teve imaginação para inventar uma história para seus filhos, a situação era muito desconfortável. Ali dentro, o embaraço fazia suar tanto quanto o calor. A saída foi contrapor: “Mas primeiro vocês vão contar a história de vocês”.

Deu certo. O mais desinibido, um mulatinho de uns dez anos(...) não perdeu tempo: pegou um microfone de barro que ele mesmo fizera e começou a simular uma enquete para uma imaginária televisão: “A senhora viu quem estuprou a menina?”, perguntou, demonstrando intimidade com o tema e com a palavra, que pronunciou corretamente. Disse estuprou e não *estrupou*. “E o senhor não viu?”. “Uma menina foi estuprada aqui e o senhor não viu?”

Quando vi que era inútil incluir um tema ameno naquele telejornal infantil, procurei fugir, mas o mulatinho exibicionista me pegou pela mão e foi me mostrar, colado na parede, um painel daquelas fotos que chocaram o país e correram o mundo: 21 caixões dispostos na rua, um ao lado do outro. “Essa aqui é minha mãe”, disse ele apontando o segundo caixão da esquerda para direita. “Eu consegui fugir”, completou. (1995, p.58)

Trecho significativo do livro em que Zuenir conta, através de suas primeiras impressões sobre o local, a banalização do impacto da violência na vida dos garotos da favela. O jornalista trata de suas angústias, desmistifica o papel de super-herói atribuído aos jornalistas, ávidos pesquisadores de informações e tenta mostrar o lado humano que a profissão comporta, repleto de dúvidas e sem instintos paranormais.

Zuenir demonstra não se sentir à vontade perto das crianças, mas mesmo assim se propõe a dialogar com elas e descobrir as histórias daqueles que são obrigados a conviver com a violência desde pequenos. Um contexto com uma riqueza de aspectos, todos ao alcance de jornalistas, independente da disposição de Zuenir. Crianças que brincam com a violência que os cerca, incapazes de pronunciar “estupro” de maneira incorreta, mesmo que a palavra possa parecer um trava-língua aos menos letrados.

Ao privilegiar as impressões, Zuenir subjetiva a narração e a torna mais leve, permeada com comentários e dúvidas próprias. Isso não tornam as impressões menos ricas, pois podem ajudar na transcrição de detalhes ou simbolizar aspectos que passam despercebidos por muitos.

Ao utilizar esse artifício, o jornalista consegue mostrar ideias que se apresentavam estranhas para ele e que pode ser também estranha para a maioria dos leitores na primeira leitura do livro.

Autor e narrador aprendem juntos com os novos aspectos descobertos no decorrer do livro. Zuenir faz questão de se colocar na narrativa e através de descrições e analogias facilita o discernimento de quem desconhece os procedimentos de Vigário Geral ou de qualquer outra favela.

Era o meu primeiro contato com o grupo de Vigário Geral e, para descontrair, resolvêramos conversar tomando cerveja naquele pé-sujo frequentado por eles. Havia uma galera de doze rapazes e moças: professores de biologia, uma recém-formada em pedagogia e um sociólogo.

Ao ouvir que a preferência musical de todos aqueles jovens era Raul Seixas, resolvi me mostrar dizendo que conhecera o compositor e que era amigo de seu principal parceiro, o escritor Paulo Coelho. Para quê? Eles se levantaram, começaram a bater palmas e a cantar: “Viva a sociedade alternativa, viva a sociedade alternativa”.

Encabulado diante daquele grupo alegre, extrovertido, bagunceiro, começava a aprender que aquelas efusões exageradas eram comuns entre eles. (1995, p. 62)

Ele mostra, uma vez mais, suas angústias, seus novos hábitos diante de uma comunidade que se mostrava diferente do que ele poderia supor. A narrativa põe as idéias pré-concebidas do narrador em xeque, uma vez que o trabalho jornalístico não pode suportar tais prerrogativas.

Aprendiz constante, Zuenir não se constrange ao mostrar, na narrativa, um jornalista que se exhibe, se arrepende, se assusta. Emoções humanas, de um personagem tão humano quanto os demais, fãs de Raul Seixas. Diferenças estruturais e psicológicas fizeram com que cada um ocupasse determinado caminho, mas Zuenir evidencia que há determinados sentimentos que une as pessoas dos mais diferentes credos ou cores.

Impressões pessoais do narrador voltam a aparecer e revelam as visões que Zuenir aponta sobre o modo de vida dos moradores do local. Não há uma narração onisciente, mas um narrador com suposições, teses que podem ser destruídas com o tempo, mas que revelam sua humanidade. Uma vez mais, a idéia de jornalista como super-herói desaparece para dar lugar a um investigador atento, atuante, mas incapaz de antever os fatos.

À tarde, no churrasco, duas pessoas pelo menos haviam recomendado que eu não deixasse de ver a “fila do saco” em Lucas. Era apresentada como uma atração turística. Nos fins de semana à noite, principalmente às sextas e sábados, filas intermináveis de compradores se formavam em torno de um saco de cocaína. “Tudo gente assim como o senhor, coroa, gente séria”, havia dito um informante.

Pouco antes de chegar à casa de seu Ari, Caio me perguntara baixinho se eu tinha visto o saco, o que só aumentou minha frustração: além de não ter percebido Flávio Negão

em Vigário Geral, não conseguira também notar essa atração de Parada de Lucas. (1995, p. 84)

A narrativa mostra um jornalista que, apesar de seu trabalho exigir o máximo de atenção, nem sempre consegue visualizar os detalhes a sua volta. Zuenir valoriza com esse recurso a importância do outro na construção e captação de uma reportagem. O narrador revela as falhas de um jornalista que, gradativamente, aprende com os erros. O jornalista deve aceitar suas limitações e descrever os acontecimentos vitais na compreensão dos fatos. Personagens capazes de mostrar a diversidade dos atos humanos.

O modo de captação de Zuenir e sua capacidade de aprender, ao observá-la mais minuciosamente e com profundidade, não deixa que a narrativa se esconda no véu da objetividade capaz de ocultar o processo de aprendizagem do jornalista em fórmulas que resumem os fatos. Dilemas que o jornalista tem de enfrentar ao se lançar na aventura de descrever o mar dos acontecimentos. Dúvidas descritas por Zuenir.

Ele também está mais risonho e afável do que da última vez. Vem cumprimentar as visitas, e Caio tira logo de uma sacola de supermercado o livro prometido na semana anterior. Ele agradece e comenta rindo:

- Não é como político, que vem aqui, promete e nunca mais aparece – diz, e cria um embaraço ao solicitar um autógrafo. Durante alguns segundos um impasse. Todas as fórmulas, por mais convencionais, eram comprometedoras. O que escrever? “Para Flávio Negão, com simpatia”? “Com admiração”? Um dia, numa batida, o livro seria encontrado e como o autor iria se explicar? (1995, p. 106)

Como autografar o livro? Admirar um bandido, chefe do tráfico de Vigário Geral? Uma vez mais, Zuenir mostra as dúvidas que permearam sua mente durante o processo de produção da reportagem. Jornalista que lida com problemas de solução imediata. Não se sente bem em determinadas situações, dada os novos sentidos e construções discursivas que se desvelam na frente dele. São novas relações sociais construídas a partir de novos sentidos, outras interpretações de mundo. Zuenir mostra os hábitos das pessoas da favela e se insere no contexto como o forasteiro que é compreendido durante o processo de produção da reportagem.

Era no prédio do churrasco passado, como a música altíssima bem indicava. Só não lembrava que o Mercadinho ficava assim, praticamente em frente à rua principal. Embora tivesse dispensado delicadamente a sua ajuda, por desnecessária, o soldado fez questão de me levar até a porta. Subi e encontrei Caio no meio de uma algazarra – gente conversando, bebendo e dançando. Logo depois avistei Zé, com sua inseparável bolsa hippie.

Por pouco não fui recebido com palmas. “Olha o coroa aí”, dizia um. “Não disse que ele vinha?”, saudava outro (...)

- O coroa é sangue – disse (Djalma) para um amigo(...)

Outra informação também me deixou, digamos, “bolado” – a de que, segundo Djalma, “pouquíssimas pessoas” sabiam da reunião, ou seja, se a polícia resolvesse por acaso ou por denúncia dar uma batida ali, o elenco de suspeitos poderia me incluir como informante, isto é, como X-9, aquela categoria que na deontologia marginal, por ser a mais desprezível, recebe julgamentos sumários. (1995, p. 114)

Um processo de conquista de confiança contínua, que não admite dúvidas por parte das fontes. A dificuldade de se trabalhar com um tema tratado superficialmente pela mídia, mistificador de aspectos sociais da questão da violência.

Zuenir descreve a preocupação de que alguma coisa pudesse romper com a conquista da confiança do povo local. A credibilidade necessária entre jornalista e fonte não podia ser quebrada ou o projeto acabaria, talvez junto com a vida do narrador. Sentimentos que as situações despertavam e que o jornalista fez questão de partilhar em sua narração. Receio de que a reportagem não pudesse ser finalizada devido à relação que já havia desenvolvido com as fontes.

Observar o local durante dez meses fez com que Zuenir se envolvesse mais diretamente com as fontes e, assim, conseguisse retratá-las com maior riqueza de detalhes. A observação participante fez com que o jornalista pudesse descrever a sensação de curiosidade e encantamento que uma arma é capaz de despertar no ser humano. Sentimento percebido enquanto observava a ronda de um traficante nas ruas da favela.

O fascínio pela arma nova a que é apresentado contrasta com a consciência da letalidade que ela carrega consigo. Sentimentos contraditórios se misturam simultaneamente em um texto que mostra que Zuenir leva um susto ao perceber o prazer maldito com que contempla a metralhadora. Susto, medo, prazer, maldição. Contradições se misturam e resultam na narração que tenta descrevê-las.

Encantamento com uma arma, mesmo ciente de seu perigo. Zuenir desmistifica aqui o paradigma racional, capaz de discernir o que é certo ou errado com clareza. As emoções também fazem parte do ser humano, e muitas vezes, são ingerenciáveis. O jornalista também tem seus aspectos emotivos envolvidos na produção de uma reportagem. A busca por apresentar uma narrativa diferente, além da vista nos noticiários da grande mídia, encontra motivações outras que aparecem antes e no decorrer da produção de matérias. Mesmo que a motivação seja o medo, o

jornalista revê a forma como realiza a captação com as suas fontes, entendendo a necessidade de uma reconstrução discursiva dessa relação para que novos desentendimentos não aconteçam.

Não me esqueci do dia já distante em que ele chamou Caio Ferraz para pedir uma explicação. O Jornal do Brasil publicara uma nota em março de 1994 que o desagradara. “Vestidos de mulher, os donos das bocas-de-fumo das favelas de Vigário Geral e Parada de Lucas fugiram antes da chegada dos 120 homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Batalhão de Choque da PM”, escreveu o jornal, referindo-se a Flávio Negão e Robertinho de Lucas.

- Isso foi coisa do coroa? – ele perguntou a Caio.

Caio respondeu que não, e riram muito pois não havia a menor possibilidade disso acontecer. A notícia era falsa, provavelmente um boato da polícia para desmoralizá-los. Por machismo, os dois traficantes preferiam morrer a se vestirem de mulher. Eu nunca soube, porém, o que aconteceria se a resposta de Caio fosse positiva. (1995, p. 272)

Zuenir temia uma retaliação por parte do bandido e não esconde em sua narração que buscou uma maneira de evitar um possível desentendimento com Flávio Negão. O medo, sentimento comum a todos, aparece como força motivadora de uma ação do jornalista. O paradigma de super-herói cai de vez, sem heróis e vilões que se enfrentam a cada episódio com uma vitória final do “lado do bem”. Jornalista que observou durante dez meses o morro, Zuenir mostra que o processo de aprendizagem deixou marcas em sua maneira de produzir o livro. Um possível desentendimento com o chefe do tráfico de Vigário Geral não seria coerente com os ensinamentos que recebeu durante suas conversas na favela.

Ao falar exclusivamente sobre Flávio Negão, para privilegiar o personagem central do livro, Zuenir constrói um capítulo baseado em uma entrevista com o bandido. “Do fundo das trevas” é o maior capítulo do livro e tenta buscar as razões que levaram Flávio a participar da vida criminosa e como funciona a organização do tráfico.

A entrevista segue a tradicional estrutura de perguntas e respostas, o que pode ser considerado típico do jornalismo tradicional, entretanto, não há a edição costumeira. A entrevista flui com todos os seus pormenores e Flávio Negão sempre tem aspectos de sua personalidade retratados segundo as impressões do autor. Ao fazê-lo, o jornalista traça um perfil do bandido, que culmina com a entrevista pingue-pongue apresentada no capítulo 17.

Zuenir realiza uma abertura de entrevista gradual, escrita aos poucos, para o leitor se “familiarizar” com o entrevistado nas páginas do livro. A personalidade, construída aos poucos, ganha um número maior de aspectos nas perguntas de Zuenir e Caio Ferraz.

- *Você tem muitos inimigos no mundo do crime?*

- Tenho não. (Rindo) O inimigo que eu tenho saiu daqui corrido.

- *Mas não tem o risco dele querer voltar um dia?*

- Pelo que conheço dele, o bicho é ruim mesmo. A gente não vai confiar que ele não vai vir. De repente ele vem. Mas também a gente tá preparado. Por isso o jeito que a gente anda. A gente tá esperando qualquer coisa: é polícia, é uma traição desse cara aí do lado. Eles não exibem arma, mas tem tudo guardado. De repente tem uma reviravolta aí e a guerra começa de novo. (1995, p. 210)

Zuenir termina por construir uma narrativa diferente da observada nos grandes meios de comunicação. A narrativa é diferente inclusive da observada no livro de Caco Barcellos, já que *Cidade Partida* trata-se de uma obra em primeira pessoa, recheada de comentários e analogias próprias. Tenta entender a lógica nos olhos de um eterno aprendiz do cotidiano. Humanizado, o narrador pode aprender e se mostrar mais rico em experiências ao final de uma reportagem. Jornalista capaz de passar as suas impressões sobre algo e compartilhar o processo de aprendizagem sobre o objeto ao qual se debruçou.

9 - AUTORES

Na aventura de reportar as falas dos personagens presentes nos morros, os jornalistas Caco Barcellos e Zuenir Ventura se colocam como autores de um universo discursivo específico. Mas esta “autoria” termina compartilhada pelos sujeitos presentes nos recortes discursivos detalhados pelos jornalistas. Eni Orlandi tem distinguido o sujeito, enquanto posição, e sua função-autor. “Estabeleço que a função autor se dá quando o sujeito se coloca – no imaginário constituído pelo que Michel Pêcheux chama “esquecimento número 1” – na origem do que diz. Este gesto o constitui em autor ao mesmo tempo em que constitui o texto como unidade de sentidos em relação à situação.

Assim como, enquanto sujeito pragmático, o sujeito tem necessidade de um mundo semanticamente normal, ele também tem imaginariamente necessidade de um dizer com começo, meio e fim, com progressão, coerência, constituindo uma unidade fechada. Mas temos de ir mais adiante e pensarmos que o texto se “apresenta” como uma unidade fechada sem que no entanto o seja realmente. O texto não começa em sua primeira palavra (é sempre possível começá-lo em outro lugar) e não termina em seu “fim” pois é sempre possível acrescentar-lhe algo. Para compreender bem isto vamos utilizar a distinção que estabelece Eni Orlandi (2001) entre: constituição, formulação e circulação dos sentidos em sua textualização. Nesta, vê-se como funcionam as “formulações” e o que se tem chamado de “versões”.

No processo de *constituição* dos sentidos, tem-se o trabalho da memória (interdiscurso), a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos que produz a partir de sua posição sujeito. Já no processo de *formulação*, tem-se a relação do discurso com o texto que atualiza a memória em presença, a individualização do sujeito pela sua função autor; na *circulação*, tem-se o funcionamento das circunstâncias de enunciação e a experiência de mundo (os “fatos”, os “acontecimentos”, os “seres”) como elementos desencadeadores e os sujeitos sociais que encarnam a função autor em seus percursos (por onde circulam), nos diferentes “meios” (verbal, não-verbal, etc).

Estes três processos funcionam simultaneamente e tanto o sujeito, como o sentido são afetados por eles. Um sentido é como ele se constitui como se formula e como circula. E o sujeito em sua função-autor tem sua forma afetada pelo “meio” em que se constitui. O autor de um

enunciado estampado em uma camiseta e o autor do “mesmo” enunciado em um livro distinguem-se em sua forma e modo de funcionamento.

Se a função-autor é a que torna o sujeito mais visível, o mostra mais afetado pelas determinações sociais, e é de quem se cobra a responsabilidade pelo texto produzido (pelo que disse), também o texto é o lado mais visível do discurso, o que se organiza segundo injunções da sociedade, das instituições e que se apresenta com dimensões e textura. Mas assim como há uma incompletude do sujeito e do discurso, sendo a identidade um movimento na história, também a textualidade é uma, entre outras, versão praticada entre as inúmeras possíveis (ORLANDI, 2001).

Nesse sentido, no modo como se tem considerado a relação sujeito/discurso e função-autor/texto, não há senão versões; dessacralizando a noção de texto. Orlandi considera que não há um texto “original” do qual os outros são “comentários”. Do ponto de vista histórico e da imprensa, em que isto é pensado assim, temos um texto (obra) e a garantia de sua autoria que se reproduz em uma multiplicidade de exemplos. Todas eles exemplares do “mesmo”, garantia esta firmada pela assinatura. Os “outros” textos seriam seus comentários (Foucault). No caso em que Eni pensa as formulações (que refere a produção pelo sujeito-autor) e as versões (que são versões do texto), não se trata do mesmo texto/obra (impresso) e suas cópias, mas uma formulação em relação a outras possíveis, suas versões (e não cópias). Nessa perspectiva, todo sítio de significação é passível de ser trabalhado por muitas formulações (versões).

Cada uma delas sendo uma forma entre muitas, tendo em sua “fonte” um sujeito que se individualiza em sua função-autor, de modo específico à memória discursiva, ao discurso que pratica e às condições em que funciona. E, ao fazê-lo, experimentando a sua representação (imaginária) como origem do texto, torna-se seu autor. Walter Benjamin fala da importância de transmitir os saberes através da narração de experiências que auxiliam as pessoas nos pequenos e grandes atos cotidianos. O pensador alemão acredita que a sabedoria deve ser passada de maneira que os mais jovens possam fazer uso do que lhes foi passado e enriquecer a partir da experiência dos mais velhos.

Antigamente, as tradições de um povo eram passadas através do relato oral dos fatos, em narrativas míticas que exaltavam de forma épica as principais virtudes humanas. Há diferentes formas de se passar as experiências de vida aos povos. “De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; ou de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; ou muitas

vezes, como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos” (BENJAMIN, 1986, p. 114).

Porém, uma nova pobreza humana, o esmiuçamento da transmissão de experiências, surge quando a técnica começa a invadir os diferentes aspectos da vida do homem. Como diz Benjamin, “qual o valor de todo o patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie”. (BENJAMIN, 1986, p. 115)

O pensador problematiza o narrador de histórias ao apontar o surgimento de uma “cultura de vidro”, em que tudo já está dado, nada mais deixa vestígios. Os hábitos são todos padronizados pelas novas técnicas que buscam facilitar diferentes aspectos da vida. A impessoalidade dos atos mostra um contexto que não mais pode ser descrito com riqueza, dada a sua pobreza de experiências. Os homens já não querem aspirar a novas experiências, mas sim libertar-se de toda a experiência, em um mundo em que possam ostentar as suas limitações externa e internamente, na esperança de que “algo decente possa resultar disso” (1986, p. 118).

Vivência e experiência dos autores deixam traços na narrativa presentes nos sujeitos que falam nas páginas dos dois livros. Por isso, é cada vez mais raro encontrar alguém que saiba narrar de uma forma diferenciada dos relatos midiáticos padronizados, pois existe uma dificuldade de intercambiar experiências. As ações da experiência estão em baixa, e segundo o pensador alemão, tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça. Benjamin vê com olhar apocalíptico o uso de relatos jornalísticos. Segundo ele, nas informações veiculadas, os fatos já vêm acompanhados de explicações, por isso apesar de recebermos notícias do mundo todo, todos os dias, somos pobres em histórias surpreendentes. A informação só tem valor no momento em que é nova. Com a narrativa clássica isso não acontece, pois ela consiste em evitar explicações, já que o leitor pode interpretar livremente a partir de sua própria experiência (1986a).

O romance foi o primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa, pois essa estrutura não procede da tradição oral e nem a alimenta. Quem escuta uma história do narrador está em sua companhia. No romance, o autor é solitário e narra as experiências de outras pessoas, sem se referir a si mesmo. A narrativa jornalística significaria a morte simbólica da narrativa clássica, a vitória da “pobreza de experiência”. A narrativa jornalística simbolizaria uma pobreza de experiência na medida em que o cotidiano fosse superficialmente mostrado em poucas

linhas dos periódicos de então. Ao narrar um fato, o jornalista se limita a descrevê-lo da maneira mais condensada possível, para facilitar a leitura dos acontecimentos.

Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. “A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele” (BENJAMIN, 1986a, p. 204).

O crítico russo Todorov idealiza uma narrativa primordial, com uma lei estética que deve ser seguida. A verossimilhança e a unidade de estilo devem ser buscadas a fim de que exista a fluência por parte da recepção (1979). Ao se referir aos “homens-narrativa”, o crítico aponta a importância de haver caracteres bem formados, “pois a narrativa psicológica considera cada ação como uma via que abre acesso à personalidade daquele que age, como uma expressão, senão como um sintoma” (1979, p. 121). Em uma análise estrutural da narrativa, o crítico Roland Barthes diz não haver uma só narrativa no mundo que não tenha personagens (1980).

Embora se refiram exclusivamente a propriedades narrativas da literatura, a ideia pode ser transportada para o universo jornalístico. O uso de personagens traz para o texto pessoas em sua verdadeira face, com relatos permeados de impressões subjetivas. Como já destacado nesse estudo, Silviano Santiago (2002) aponta que o novo narrador, considerado pós-moderno, é aquele que quer extrair de si a ação narrada, em atitude semelhante à de um *repórter* ou espectador, fazendo com que a história flua sem a interferência ou os padrões ditados pelos grandes meios de comunicação. O narrador se subtrai na ficção narrada e, ao fazê-lo, cria um espaço para a ficção dramatizar a experiência de alguém que é observado e muitas vezes desprovido da palavra (2002).

O importante a ser observado é que as considerações iniciais de Walter Benjamin apontaram a necessidade de um repensar na capacidade narrativa do jornalismo e da literatura, vistas como formas empobrecidas de descrever as construções discursivas. A “pobreza de experiência” da qual a sociedade padece e precisa ser mudada. Como diz Edvaldo Pereira Lima, propondo narrativas de transformação.

Ao escrever o relato contemporâneo sobre determinado objeto motivador, a maioria das pessoas responde com uma descrição esquematizada e partitiva, permeada de juízos de valor. A mínima parcela se permite a um vôo original que transcende o explícito e o apreensível segundo os estereótipos mentais. Deve haver um desejo de aperfeiçoamento para a vida, em que os

mediadores sociais se desloquem da passividade da técnica para a ação solidária e inovadora no ato de relação com o outro e com o mundo. O jornalista assume, assim, o papel de agente cultural.

Ultrapassar os obstáculos impostos e enriquecer os relatos com novos protagonistas. Pesa para o leitor uma narrativa em que ele se identifique com os anônimos e suas histórias de vida. A ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano. Descobrir a trama dos que não têm voz, recriar os falares, os hábitos dos que passam longe de holofotes de mídia convencional (MEDINA, 2002). Narrar os fatos e trazê-los legíveis para leigos e especialistas. Dar vida e sentido aos fatos para pessoas desorientadas diante do caos dos acontecimentos. Como destaca Todorov, “a narrativa é igual à vida; a ausência da narrativa, à morte” (1979, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O teórico francês Michel Maffesoli destaca que o trágico da vida comum mostra para as pessoas que ao lado do bem se encontra o mal, ele é um estilo, de arte e de vida, todo inteiro, que insiste em estar presente na vida humana. (MAFFESOLI, 2004). Vive-se e não se espera disso um sentido maior. Sentimento trágico da vida que não é necessariamente típico de um temperamento conservador, mas antes de uma sensibilidade tradicional, que vê normal um elemento do ‘dado’ mundano. A morte, o diabo, o mal, o animal, passam então ser parte integrante de um conjunto do qual não se pode arrancar um pedaço arbitrariamente, intelectualmente. É este holismo fundamental, arcaico, tradicional, que ressurge em nossos dias (MAFFESOLI, 2004).

O sociólogo destaca que este mundo da pós-modernidade termina fragmentado e desigual. “Na crise de um projeto político afirmativo, quem ocupa esse espaço é o discurso religioso” (MARTINS, 2005). O sociólogo francês Michel Maffesoli (1995) compreende que a modernidade funcionou como um processo de denegação, momento no qual o culto ao racional se destaca. Tiveram como características prevalentes da modernidade a ideologia individualista, a razão instrumental e a onipotência da técnica, cujo objetivo era o alcance da sociedade perfeita. Observa-se agora, em uma condição pós-moderna, uma condição contrária, em que a saturação dos valores da modernidade tendem a dar lugar a valores alternativos, ainda que imprecisos, mas de eficácia inegável (MAFFESOLI, 1995: 104).

Assim, o sujeito não domina mais seu universo, da mesma forma que, o social, o racional e o mecânico não são mais reconhecidos como valores hegemônicos. Maffesoli salienta que o individualismo, a onipotência técnica e o “todo econômico” não funcionam mais como mitos que fundam metas a serem atingidas e, logo, o ideal democrático mostra-se saturado passando por um processo de substituição pelo ideal comunitário. A ciência passa a se tornar algo mítico, por não ter cumprido os ideais e a prática do conhecimento – derivado do fazer científico – deixa de ser objetivo das pessoas, mais preocupadas em buscar práticas de ‘pertencimento’ (MAFFESOLI, 1995: 104).

Esse quadro, de acordo com Bauman, se assemelha uma modernidade líquida, uma versão privatizada e individualizada da modernidade, em que se acredita apenas na transformação individual. Esquece-se os projetos sólidos – do qual faz parte o discurso científico decorrente do

Iluminismo – que se derreteram na fase líquida da modernidade. Cada um passa a procurar por si ser flexível para se capacitar para as incertezas do futuro; ao mesmo tempo, ninguém se crê capaz de transformar a sociedade como um todo.

Nesta era líquida-moderna, os meios de comunicação despontam como potentes colaboradores do intrincado processo de construção identitária dos sujeitos, fabricando em grande escala modelos para projeção e identificação. Neste contexto, destacam-se as mídias audiovisuais, meio com poder suficiente para interferir no inconsciente e no imaginário social, compondo cenários em que novas identidades - também flutuantes - são apresentadas e defendidas (BAUMAN, 2001, p. 51)

A decadência de instituições sociais que até então se prestavam como referência para a construção da sociedade provoca uma crise da identidade, da qual os meios de comunicação assumem o papel central. Para o teórico polonês, esta era da modernidade líquida em que se vive, intermediada pelo discurso midiático repleto de símbolos de consumo, é fatal inclusive para nossa capacidade de amar, cada vez mais flexível e gerando níveis de insegurança cada vez maiores, uma vez que se dá prioridade a relacionamentos virtuais, que podem ser tecidos ou desmanchados com a mesma facilidade – e frequentemente, sem que isso envolva nenhum contato além do virtual. Terminar algo quando se deseja – instantaneamente, sem confusão, sem avaliação de perdas e sem remorsos – é a principal vantagem do namoro pela internet (BAUMAN, 2003, p. 110).

A produção discursiva daí resultante nos principais meios de comunicação faz um uso comum dos sentidos presentes nas palavras, reproduzindo o já-dito de forma corriqueira, silenciando outras significações discursivas presentes nas falas dos personagens envolvidos. Os livros “Abusado” e “Cidade Partida” mostram a temática da violência, tráfico de drogas e crime organizado em uma perspectiva mais abrangente, que procura interligar os diferentes fenômenos da sociedade. O livro-reportagem tem potencial para sair da esfera em que se encontra o jornalismo convencional, que pode apresentar trabalhos de qualidade semelhante, mas tem uma atividade diária que precisa se preocupar com prazos, concorrências e representações arbitrárias. O formato livro *pode* atingir uma liberdade impossível de se conseguir na imprensa cotidiana contemporânea. Grandes reportagens investigativas e interpretativas, quase inexistentes nos grandes meios de comunicação, podem encontrar nos livros o seu espaço (LIMA, 1995).

É nessa produção jornalística que se pode desvelar algumas das características presentes na Análise do Discurso, entendido como um efeito de sentido, como Orlandi explica, “a palavra

discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (1999, p. 15). Os discursos se movem em direção a outros. Nunca está só, sempre está atravessado por vozes que o antecederam e que mantêm com ele constante duelo, ora o legitimando, ora o confrontando. A formação de um discurso está baseada nesse princípio constitutivo – o dialogismo. E é esse dialogismo procurado dentro dos livros, ora apresentando os personagens, histórias de vida, espaços de enunciação, ora demonstrando algumas das impressões dos próprios autores, demarcando a reconstrução discursiva deles em relação à nova realidade apresentada. Os discursos vêm ao mundo povoado por outros discursos, com os quais dialogam. Esses discursos podem estar dispersos pelo tempo e pelo espaço, mas se unem porque são atravessados por uma mesma regra de aparição: uma mesma escolha temática, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou um acontecimento.

Por isso que o discurso é uma unidade na dispersão, em transformação, mas que partir de um real que no caso é a vivência nos morros cariocas. O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Os discursos não revelam verdades, tornam evidentes certos sentidos a partir de um jogo de interpretações, rarefazendo a significação em perspectivas dualistas ou simplificadas. É atrás dessas interpretações que tanto Caco como Zuenir se lançam. Tanto um como o outro, tal qual à sua forma narrativa, buscam dar espaço para essas construções discursivas presentes nas favelas, muitas das quais sem semelhante no mundo “do asfalto”, ausentes de significado para quem desconhece uma outra forma de interpretar o mundo.

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo.

Os livros analisados apresentam temas que tentam contextualizar os fatos e suas raízes. Buscam a veracidade e a verossimilhança dos fatos, sem esquecer o compromisso de se referenciar nas versões apresentadas. Procuram estabelecer um elo de ligação com o leitor. Edvaldo Pereira Lima aponta as funções extensivas do livro-reportagem em complemento à cobertura da grande imprensa (1995). O jornalismo praticado em livros-reportagem possibilita a extensão da *pauta*, *captação* e *fruição textual*.

A *pauta* pode ser mais extensa. O livro-reportagem deve procurar ancorar sua visão em aspectos contemporâneos da sociedade. Não se limitar a visualizar os fatos, mas compreendê-los na essência. Escapar da efemeridade comum na grande imprensa. Para buscar isso, deve trabalhar com o tempo histórico de cada fato. Retornar ao passado, aos antecedentes do fato, mostrar o que representa hoje e, assim, projetar o que pode vir a representar no futuro.

Assim, o jornalismo voltado para o efêmero transcende-se no livro-reportagem, quando este leva em conta o tempo histórico para compreender o presente, resgatando do passado suas raízes mais importantes, escondidas (...) Tudo para ampliar o foco de compreensão do contemporâneo (LIMA, 1993, p. 40).

Aprofundar os fatos. Reconhecer as origens e antecedentes de uma informação. Compreender a informação em seu processo de constituição e circulação, em seus deslimites. O jornalismo literário pode permitir um aprofundamento horizontal e vertical de uma reportagem. A abordagem multiangular possibilita ao jornalista procurar as diversas causas de um fato, relacioná-los e apresentar uma síntese de tudo o que foi pesquisado. O livro-reportagem convida a navegar na trama do cotidiano.

A função aparente de informar e orientar com profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas (...) O aprofundamento é extensivo, ou horizontal, quando o leitor é brindado com dados, números, detalhes, que ampliam quantitativamente sua taxa de conhecimento do tema. O aprofundamento é intensivo, ou vertical, quando o leitor é alimentado de informações que lhe possibilitam aumentar qualitativamente sua taxa de conhecimento (LIMA, 1995, p. 37)

Livros-reportagem ancoram-se na contemporaneidade dos fatos e podem aprofundar o conhecimento do leitor sobre fatos, personagens e histórias de vida já divulgados na imprensa tradicional. Esse aprofundamento pode ser quantitativo, quando há uma fonte de dados para o leitor se deleitar, ou qualitativo, quando novos horizontes se interconectam e apresentam um panorama muito mais amplo, com um leque de personagens, vivências e memórias que se relacionam.

O fato nuclear deixa de aparecer sozinho para ser o resultante dos diversos conflitos do qual faz parte. Simplificações são evitadas na busca pelas circunstâncias que antecedem e podem preceder a situação em si. A construção das pautas deve obedecer a essas esferas dos fenômenos e, assim, transcendê-los. Analisar os conflitos ideológicos embutidos nas mensagens jornalísticas

e apontar os possíveis caminhos e causas para solucioná-los. Edvaldo Pereira Lima destaca que “a tarefa do livro-reportagem é encontrar tantas camadas das versões superpostas quantas sejam necessárias para explicar o tema central em enfoque” (1993, p. 32).

Detectar esses conflitos, circunscrever seu sentido, antecipá-los no tempo, buscar suas raízes na interação sistêmica estrangulada são tarefas nobres da reportagem que se proponha a ultrapassar a epiderme rasa nos fatos e penetrar no âmago das questões contundentes do nosso tempo, para proporcionar qualitativo da realidade ao homem contemporâneo. Essa missão, porém, escapa muitas vezes ao jornalismo cotidiano e ganha cada vez mais guarida no livro-reportagem.(LIMA, 1995, p. 68)

A pauta pode ter uma liberdade temática que consiga localizar os conflitos existentes e procurar interligá-los de maneira que dê ao leitor uma visão ampla dos fatos, distante de simplificações ou de fórmulas que “envernizam” a verdade por trás das diversas forças da sociedade. A violência pode ser mostrada em suas mais profundas raízes, sem a presença de discursos reacionários ou um tratamento que explore apenas o sensacional existente em um crime.

Tanto Caco Barcellos como Zuenir Ventura tiveram oportunidade de guiar as angulações de pauta que julgassem ser as mais adequadas. Eles tiveram maior liberdade para projetar as angulações da captação, aberto aos imprevistos e reconstruções discursivas que se lhe apresentassem, o que possibilitou aos jornalistas um tratamento abrangente da violência retratada nas duas obras. Uma maior *complexidade* pôde ser buscada, já que havia uma liberdade de angulações, temática, abordagem e propósito.

A *captação* é enriquecida através de entrevistas que possibilitam enxergar além do padrão (LIMA, 1995, p. 68). Fontes podem ser compreendidas no seu âmago em depoimentos que mostrem personagens do dia-a-dia em gestos e movimentos que evidenciam a riqueza de suas histórias.

Há diversos sentidos presentes nos acontecimentos jornalísticos. Versões e representações de diferentes dimensões sobrepõem-se e interpenetram-se. Em livros-reportagem que se norteiam por esse princípio, há uma maior possibilidade de procurar uma documentação que possa confrontar e/ou polemizar diferentes versões que surgem no processo de averiguação de informações.

Diversas experiências podem ser socializadas. As alteridades sociais podem encontrar espaço em produções que privilegiam a importância dos pequenos movimentos na compreensão da grandiosidade. Há uma construção multifacetada das fontes, com os perfis mais abrangentes, sem a construção de máscaras ou estereótipos. As virtudes e fraquezas de personagens que passam a recordar os diferentes aspectos formadores de uma personalidade.

Cremilda Medina (2002) demonstra a importância de “escapar” dos arquétipos moldados por empresas de comunicação, que acabam reproduzindo discursos conservadores ou simplificando as possibilidades de um determinado contexto social.

Nas periferias ou nos presídios, os atores sociais são conhecidos pelo leitor. Suas emoções, suas angústias podem ser compreendidas em entrevistas que façam as fontes agir como no seu dia-a-dia. Histórias de vida são contadas em primeira pessoa e o personagem ganha vida.

Há uma observação participante nas situações tratada no livro. O cotidiano é vivenciado de maneira semelhante à vivida pelas fontes para se conseguir obter informações mais próximas de como os fatos foram vivenciados, com a reconstrução de sentidos.

Constroem-se guias e tetos mentais para agir sobre regras, produzir significados que à origem já estão definidos por ideologias e paradigmas mentais (...) Sempre alguma coisa escapa à cartografia apreendida, gramaticalizada. É claro, quando o produtor cultural se fecha nos meios assim disciplinados – o caso das redações jornalísticas, com seus princípios definidos, seus manuais estruturados -, dificilmente o mediador dos sentidos da contemporaneidade decola para a poética da criação (MEDINA, 2002, p. 65)

Com isso, surgem os personagens reais Juliano VP, Flávio Negão, Luz, Caio Ferraz. Fontes que apontam indícios de comportamentos singulares quando confrontados em situações idênticas. O comportamento dos marginais, as angústias, uma *deontologia* que rege os hábitos das diferentes pessoas que aparecem nas linhas de “Abusado” e “Cidade Partida”. Uma visão pluridimensional simultânea, em que diferentes pessoas podem interagir e refletir comportamentos humanos existentes em todos segmentos da sociedade.

Uma *fruição pelo texto*, em que se avance nas limitações dos textos burocráticos da grande imprensa. Poder textual comparável ao de uma obra literária, em que o leitor possa fazer uma reestruturação cognitiva e emocional da contemporaneidade (LIMA, 1995, p. 107). Uma literatura que tem maior alcance, por se tratar de uma obra jornalística, e por isso, pode se tornar mais popular.

Por intermédio do uso de “símbolos comuns” (LIMA, 1995, p. 110), o autor convida o leitor e o atrai para o universo particular do livro. Uma fluência possível da narrativa que se equilibra com a eficiência plausível do leitor ao término da leitura. O leitor, ao terminar a leitura da obra, tem a possibilidade de fazer compreender de melhor forma as condições de produção do trabalho. Os textos dos livros-reportagem apontam indícios verticais e horizontais dos conflitos ali narrados, entretanto, sem apontar conclusões deterministas.

“Abusado” e “Cidade Partida” retratam a violência sem um maniqueísmo visto por vezes no discurso presente em veículos de comunicação, por parte das autoridades ou dos diferentes segmentos sociais. As histórias são retratadas, importantes aspectos são apresentados, mas não há ideias ou caminhos conclusivos nas obras.

Há o uso de hábeis técnicas de angulação e edição textuais. Tratamento de montagens, estruturação e ordenação do conjunto de ações descritos nos livros. As diferentes funções da linguagem são utilizadas, como a referencial, expressiva, poética e até metalinguística. (LIMA, 1995, p 122)

Uma *narrativa* que desperta a poesia presente no cotidiano humano. Os pontos de vista são escolhidos para selecionar a perspectiva sob a qual será mostrado o que se pretende. As exposições, descrições e narrações obedecem a conceitos próprios do autor e variam de acordo com situações, intensidades de conflitos, ambientes.

Há uma representação particularizada dos seres, que se revelam em suas singularidades nos textos que evidenciam as peculiaridades de cada pessoa. Tudo de acordo com as argumentações e questões básicas do autor.

Assim, Caco em “Abusado” usa um texto romanceado, em terceira pessoa, que busca uma fruição através do poder de descrição e o fluxo de consciência dos personagens, que têm seus pensamentos retratados por um narrador onisciente. Zuenir, em “Cidade Partida”, aponta os seus anseios ao se deparar com uma nova construção de sentidos que não imaginava ser tão diferente. Nesse aspecto, pode ser apontado uma reconstrução discursiva do próprio narrador, que se apresenta como mais um dos personagens envolvidos nos conflitos descritos.

Recursos utilizados para tornar o relato jornalístico mais atraente, de maneira a facilitar a leitura. Um jornalismo literário que busca unir o poder estético da língua com a função social do jornalista em relação a temas como violência. Segundo Lima, um livro-reportagem que pode romper os padrões da imprensa tradicional, amplia o leque de possibilidades de tratamento

jornalístico a temas importantes da nossa sociedade e dá uma sobrevida às notícias tratadas burocraticamente nos jornais, rádios e televisões.

O livro-reportagem estende o papel do jornalismo contemporâneo. Na imprensa convencional, apenas as aparências dos fatos reinam, com um jornalismo comprometido com a produção em massa, sempre regido pela pressa e produto de uma Indústria Cultural maniqueísta. (LIMA, 1993, p. 18)

A extensão pela pauta possibilita uma cobertura que privilegia a apresentação dos diferentes sentidos presentes nos discursos e sua intrínseca relação com a violência. Os diferentes aspectos de um acontecimento são postos em conflito, e com isso, novas interpretações podem fazer com que os receptores compreendam a interconexão entre os diferentes fenômenos.

A extensão pela captação possibilita apresentar de forma detalhada as fontes, evidenciando nos espaços de enunciação as diferentes construções de sentidos presentes nos morros cariocas. Não há arquétipos que impedem entrevistas mais elaboradas e a busca exclusiva por dar voz aos órgãos oficiais e/ou boletins de ocorrência. Os criminosos podem ser compreendidos em suas motivações, podem falar sobre suas vidas, podem transparecer uma deontologia própria, que sirva de guia aos atos que sejam tomados.

A extensão pela edição faz com que os autores busquem ferramentas textuais capazes de romper com os padrões. Narrativas que acentuem a poesia existente no cotidiano das pessoas do morro. Estruturas textuais que não se limitam a retratar os aspectos funcionais de um acontecimento e abrigam recursos estilísticos que visem atrair o leitor para o universo tratado.

O aprofundamento possível em livro-reportagem promove a discussão sobre violência em um nível com múltiplas dimensões, com possibilidades de retratar os diferentes personagens em diferentes situações em riqueza de detalhes sem perder o referencial maior do jornalismo: a multiplicidade dos discursos que permeiam os fatos dentro de um universo temático como a violência.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

ADORNO, Sérgio. Violência, ficções e realidade. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARBEX, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: o dono do morro da Santa Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORDIEU, Pierre. Os espaços dos pontos de vista. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1998.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002

CASTRO, Gustavo de. GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a seleção da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem: o gênero**. Brasília: Editora UNB, 2001

FARO, J.S. **Revista Realidade 1966-1968**. Porto Alegre: Age, 1999

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.

FERREIRA, Ana Rosa. **O discurso da violência: marcas da oralidade no jornalismo popular.** São Paulo: Cortez, 2003.

GUARES, Pedrinho. **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.

HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia: uma abordagem semiótica.** Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

INDURSKY, Freda. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: ClaraLuz, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário.** São Paulo: Com Arte, 1990.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas : o livro-reportagem como extensão do jornalismo.** Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Que é livro-reportagem?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência. In: **Pensar Pulsar: cultura comunicacional, tecnologias, velocidade.** São Paulo: Coletivo NTC, 2001.

MEDINA, Cremilda. **Arte de tecer e presente.** São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Caminhos do Saber- Plural.** São Paulo: ECA,1999.

_____. **Entrevista: o diálogo possível.** São Paulo: Ática,1995.

_____. **Notícia: um produto a venda.** São Paulo: Summus, 1988.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Mem Martins: Europa-América, 1990.

_____. Entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e televisão. In: MOLES, Abraham A. *et alii*, **Linguagem da cultura de massa.** Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Inteligência da complexidade.** São Paulo: Peiropolis, 2000.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. **O problema epistemológico da complexidade.** Mem Martins: Europa-América, 1992

_____. **Para sair do século XX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

_____. **Sete saberes necessários para a educação futura.** São Paulo: Cortez, 2000.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e leitura.** Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

_____. **Discurso e texto.** Campinas, Pontes, 2001.

_____. ***As formas do silêncio: movimento dos sentidos.*** Campinas: Unicamp, 1997

PECHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1993.

RESENDE, Fernando. **Textuações.** São Paulo: Fapesp, 2002

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta.** São Paulo: Brasiliense, 1994

RONDELLI, Elizabeth. **Linguagens de violência.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das Mídias.** São Paulo: Experimento, 1996

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: **Nas malhas da letra.** Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SARGENTINI, Vanice. **Foucault e os domínios da linguagem:** discurso, poder, subjetividade. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999

SODRÉ, Muniz . **Sociedade, Mídia e violência.** Rio de Janeiro: Sulina, 2002

_____. **Técnicas de reportagem:** narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

TOGNOLLI, Cláudio. **A sociedade dos chavões.** São Paulo: Escrituras, 2001.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

VILLAS BOAS, Sérgio. **Biografia e biógrafos:** o jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002

Dissertações e teses

NICOLETI, Luciana. *Livro-reportagem: liberdade com compromisso*. Tese de pós-graduação especialização em Jornalismo e Novas Linguagens, apresentada na Universidade de Metodista de Piracicaba, 2003

Jornais e Periódicos

MARCONDES FILHO, Ciro. Alice no país do vídeo-drome: de como os receptores foram tragados pela interatividade da comunicação eletrônica. **Novos Olhares**, São Paulo, número 4, Edusp. 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Comunicação e cidade: entre meios e medos. **Novos Olhares**, São Paulo, número 1, Edusp. 1998.

MIÈGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. **Novos Olhares**, São Paulo, número 3, Edusp, 1999

SITES

BORGES, Wilson. **Mídia impressa e violência: (re)construção do espaço público**. XXXVI Congresso do Intercom – 2003. Disponível em http://www.intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/nucleos_np02.shtml. Site acessado em 30 de agosto de 2004.

COIMBRA, Cecília. Mídia e modos de produção de existência. In: **Psicologia, teoria e pesquisa**, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/ip/ptp/indices/in1701.htm>. Site acessado em 30 de agosto de 2004.

CORDEIRO, Tânia. Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social. In: **Bahia, análise e dados**. Salvador, 2001. Disponível www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/analise_dados/pdf/violencia/pag_17.pdf. Site acessado em 30 de agosto de 2004.

FLAUSINO, Cristina Valéria. **Choro gratuito: a violência no telejornalismo brasileiro**. XXXVI Congresso do Intercom – 2003. Disponível em: http://www.intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/nucleos_np02. Site acessado em 30 de agosto de 2004.

GAIA, Rossana Vianna. **Comunicação e política: elementos para uma reflexão sobre a ética no jornalismo**. XXXVI Congresso do Intercom – 2003. Disponível em http://www.intercom.locaweb.com.Br/papers/congresso2003/nucleos_np02.shtml. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Jornalismo, História e literatura: encontros e desencontros.** Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. Narrativas de transformação. In: **Texto Vivo.** Disponível em: <http://www.textovivo.com.br>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

_____. Registros breves para uma história futura. In: **Texto Vivo.** Disponível em: <http://www.textovivo.com.br>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. Contra a banalização da violência. In: **Marta Maia: comunicação plural na rede.** Disponível em <http://www.martamaia.pro.br>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Violência urbana: jornalismo ou espetáculo? In: **Observatório de Imprensa.** Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/arquivo/inde11122002.htm>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

MUSSE, Christina Ferraz. **A aceleração do tempo nos veículos de informação.** XXXVI Congresso do Intercom – 2003. Disponível em http://www.intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/nucleos_np02.shtml. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

OLIVEIRA, Dennis de. **Estratégias discursivas no novo agora da globalização.** Disponível em: <http://www.martamaia.pro.br>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

Orlandi, Eni. **Silêncios: presença e ausência.** Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=456&tipo=1>. Site acessado em 31 de maio de 2009.

RAMOS, Fabiana Pinheiro. **Mídia, violência e alteridade: um estudo do caso.** 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19971.pdf>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

ROUCHOU, Joelle. **Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo.** 2003. XXXVI Congresso do Intercom – 2003. Disponível em http://www.intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/nucleos_np02.shtml. Site acessado em 31 de agosto de 2004.

SANTOS, Regma Maria dos. **O labor da pena: história e literatura no jornalismo latino-americano.** 2001. Disponível em: <http://www.znphlac.hpg.ig.com.br/listaanais4.htm>. Site acessado em 31 de agosto de 2004.